



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 057

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 01 DE JUNHO DE 2009

ANO XXXIV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Péricles de Mello
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Dr. Batista
Bloco PSB/PRB/PV Reni Pereira
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 17: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Lemos - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins; Neivo Beraldin; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 01: Reni Pereira; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 057

54ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva:..... 02

Presenças:..... 02

Abertura da Sessão: 03

Expediente:

Mensagens 03

Ofícios..... 04

Comunicado 04

Renúncia 04

Indicações 05

Requerimentos 05

Projetos de Lei 10

Projeto de Decreto Legislativo..... 12

Pequeno Expediente:

Dep. Plauto Miró 18

Dep. Luiz Claudio Romanelli 19

Dep. Antonio Belinati 23

Dep. Professor Lemos..... 25

Dep. Péricles de Mello..... 26

Dep. Neivo Beraldin 27

Dep. Jonas Guimarães 28

Grande Expediente:

Dep. Stephanes Júnior28

Horário das Lideranças:

Liderança do PMDB

Dep. Luiz Claudio Romanelli20

Dep. Luiz Eduardo Cheida29

Liderança do Bloco PRB/PSB/PV

Dep. Rosane Ferreira30

Liderança do PSDB

Dep. Ademar Traiano32

Liderança do PT

Dep. Elton Welter33

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente34

Discussão/Votação

2ª Discussão (Votação em).....35

Redação Final35

3ª Discussão37

2ª Discussão37

1ª Discussão37

Requerimentos41

Encerramento da Sessão:41

Publicações Administrativas:

Minuta de Contrato41

Pregão Eletrônico.....42

DIÁRIO Nº 057

54ª SESSÃO ORDINÁRIA

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
16ª LEGISLATURA
ATA DA 54ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
01 JUNHO DE 2009**

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Dr. Batista e Jonas Guimarães.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Élio Rusch, Fernando Scanavaca,

Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Lemos, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (48).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Caíto Quintana, Douglas Fabrício, Fábio Camargo e Reni Pereira (05).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Mensagens

MENSAGEM N° 027/09

Curitiba, 18/05/09.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei objetivando autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Campina Grande do Sul, de área com 4.050,69m2, constituída pelo Lote n° 75-A, Matrícula n° 7086, do Registro de Imóveis da Comarca de Campina Grande do Sul.

A presente medida consulta aos interesses públicos eis que o referido imóvel será utilizado, exclusivamente, para implantação de serviços públicos do Município.

Consta, no texto do anteprojeto de lei em referência, dispositivos expressos no sentido de que tal imóvel ficará gravado com cláusula de impenhorabilidade e de inalienabilidade e que o mesmo retornará ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. meus protestos de apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Campina Grande do Sul, de área com 4.050,69m2, constituída pelo Lote n° 75-A, Matrícula n° 7086, do Registro de Imóveis da Comarca de Campina Grande do Sul.

Art. 2º O imóvel em questão, que fica gravado com cláusula de impenhorabilidade e inalienabilidade, será usado, exclusivamente, para implantação de serviços públicos do Município, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 028/09

Curitiba, 18/05/09.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei objetivando autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de São Miguel do Iguaçu, dos lotes urbanos n°s 09, com área de 828 m2 e 10, com área de 675 m2, da quadra 93, totalizando 1.503 m2, situados naquele Município, constantes das Matrículas n°s 3672 e 3673, respectivamente, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Foz do Iguaçu.

A medida ora proposta consulta aos interesses públicos eis que, referidos imóveis, serão utilizados pelo Município de São Miguel do Iguaçu, exclusivamente, para atender as demandas dos serviços públicos municipais, principalmente os relacionados à cultura, ação social, indústria e comércio, entre outros.

Consta, no texto do anteprojeto de lei em referência, dispositivos expressos no sentido de que tal doação ficará gravada com cláusula de impenhorabilidade e de inalienabilidade e de reversão ao patrimônio do Estado em caso de utilização diversa do assim estabelecido.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. meus protestos de apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de São Miguel do Iguaçu, dos lotes urbanos n°s 09, com área de 828 m2 e 10, com área de 675 m2, da quadra 93, totalizando 1.503 m2, situados naquele Município, constantes das Matrículas n°s 3672 e 3673, respectivamente, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Foz do Iguaçu.

Art. 2º Os imóveis de que trata o artigo 1º desta lei, que ficarão gravados com cláusula de impenhorabilidade e inalienabilidade, serão utilizados pelo Município de São Miguel do Iguçu, exclusivamente, para atender a demanda dos serviços públicos municipais, revertendo ao patrimônio do Estado em caso de utilização diversa do assim estabelecido.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

Ofícios:

Sob os nºs CEE/CC 1799, 1800, 1801, 1802 e 1803/09 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil, comunicando que o Sr. Roberto Requião - Governador do Estado SANCIONOU os Projetos de Lei nºs.:

375/08: do Tribunal de Justiça que, cria a 56ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Realeza, integrada pelas Comarcas que especifica e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 16106.

Anote-se - Arquite-se.

404/08: de autoria do Deputado Caíto Quintana que, prevê a entrega voluntária, por pessoas físicas ou jurídicas, de medicamentos fora do prazo de validade, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 16107. **Anote-se - Arquite-se.**

041/09: de autoria do Deputado Ribas Carli Filho que, concede o título de Cidadão Benemérito ao Dr. Paulo Roberto Slud Brofman, o qual convertido em Lei tomou o nº 16104. **Anote-se - Arquite-se.**

507/08: de autoria do Deputado Dobrandino do Silva que, fica denominado Prefeito Vendelino Royer o trecho da PR-495 compreendido entre os Municípios de Medianeira e Missal, o qual convertido em Lei tomou o nº 16108. **Anote-se - Arquite-se.**

512/08: de autoria da Deputada Cida Borghetti que, institui, no Estado do Paraná, a Semana de Orientação Sobre a Gravidez na Adolescência, na primeira semana do mês de maio, o qual convertido em Lei tomou o nº 16105. **Anote-se - Arquite-se.**

Sob o nº CTL/CC nº 046/09 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 458/07, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, por considerar que a proposta já está contemplada em Programas Estaduais de Saúde, portanto, contraria o interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC nº 047/09 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 847/07, de autoria do Deputado Plauto Miró, por considerá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC nº 048/09 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO

INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 511/08, de autoria do Deputado Jocelito Canto, por considerá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Comunicados

COMUNICADO

Comunico aos Srs. Deputados que na última sexta-feira, o Deputado Ribas Carli Filho apresentou renúncia de seu cargo de Deputado Estadual, no seguinte teor:

Comunico, também, que devido representações apresentadas pelo Partido Socialista Brasileiro, que pleiteia a vaga deixada para o Sr. Wilson Luiz Quinteiro e do Sr. Mário Roque, estamos enviando o processo à Procuradoria da Assembleia Legislativa para a apresentação de parecer.

Sala das Sessões, em 01/06/09.

(a) MESA EXECUTIVA

COMUNICADO

Informo aos Srs. Deputados que a Proposta de Emenda da Constituição nº 042/09, de autoria do Deputado Elton Welter, que objetiva acrescentar inciso ao artigo 66 da Constituição Estadual do Paraná, já foi publicada no Diário da Assembleia.

De acordo com o artigo 192 do Regimento Interno está aberto o prazo de três dias para a apresentação de emendas.

Sala das Sessões, em 01/06/09.

(a) NELSON JUSTUS - Presidente

Renúncia

ESCRITURA PÚBLICA DE RENÚNCIA DE MANDATO

SAIBAM todos os que virem esta escritura pública que aos vinte e oito dias do mês de maio do ano de dois mil e nove (28/05/09), em São Paulo, SP, República Federativa do Brasil, em diligência no Hospital Albert Einstein, localizado na Avenida Albert Einstein, 627, nesta capital, perante mim, escrevente autorizada pelo Tabelião, comparece como renunciante, LUIZ FERNANDO RIBAS CARLI FILHO, brasileiro, estudante universitário, solteiro, portador da cédula de identidade RG nº 6.990.156-5-SSP-PR, inscrito no CPF-MF sob nº 041.181.029-43, domiciliado e residente na Cidade de Guarapuava, Estado do Paraná, na Rua Doutor Laranjeiras, 149, Centro. Reconheço a identidade do presente e sua capacidade para o ato, do que dou fé. E, pelo presente instrumento público, o renunciante declara o seguinte: Sr. Deputado Nelson Justus, Digníssimo Presidente da Assembleia Legislativa do Paraná, e colenda Assembleia Legislativa, renuncio, perante Vossa Excelência, ao mandato que o povo paranaense me outorgou nas eleições de 2006 e nas

quais tive a honrosa escolha de ser o Parlamentar mais jovem da atual legislatura. O destino que me proporcionou essa honra e essa alegria, reservou-me a trágica surpresa de me envolver, sem minha vontade direta ou indireta, no acidente que causou a morte de duas pessoas, jovens como eu. Ao mesmo tempo em que deploro a fatalidade dessas perdas humanas transmito a todos os seus familiares e amigos o meu sentimento de solidariedade espiritual. Aguardo o meu processo e julgamento sem prerrogativas funcionais ou privilégios de qualquer ordem para receber, como cidadão comum, a sentença que as circunstâncias do fato e a sensibilidade da Justiça determinarem. Aos meus Pares da Assembleia Legislativa devo poupar-lhes a dolorosa missão de julgar um acusado que ainda não foi ouvido mas que está sofrendo, em sua grande intensidade, uma condenação antecipada como resposta e punição para a tragédia a que fui arrastado. Aos meus eleitores e a todos os demais cidadãos paranaenses pretendo, mesmo sem o mandato para representá-los, atender compromissos sociais e humanos que possam ser viabilizadas com o meu esforço pessoal. Finalmente, aos meus pais e demais pessoas queridas ao convívio familiar, devo dizer-lhes que jamais passou pela minha mente a ideia de praticar qualquer violência e muito menos de causar o infortúnio que estão sofrendo ao meu lado. Desejo, na medida de minhas forças, ações e esperanças, continuar a merecer o carinho e a confiança que nunca me faltaram. ASSIM diz, pede e lavro a presente que, lida em voz alta, acho em tudo conforme, aceita, outorga e assina. Escrita pela escrevente Cristiane Elizabete Cardoso Kroeff e assinada pelo Tabelião Substituto Luiz Carlos Elchin Ferreira da Silva. Dou fé. Declaro que constatei o seguinte quadro físico apresentado pelo renunciante: sua boca encontra-se parcialmente imobilizada, recebe alimentação diretamente no estômago através de sonda, possui na parte superior da cabeça grampos metálicos enfileirados que vão da orelha esquerda a direita. Assinada pela(s) parte(s). Dou fé. Emolumentos: R\$ 302,30, Ao Estado: R\$ 85,92, IPESP: R\$ 63,64, Registro Civil: R\$ 15,92, Tribunal de Justiça: R\$ 15,92, Santa Casa: R\$ 3,02, Total: R\$ 486,72.

(a) PAULO ROBERTO GAIGER FERREIRA
Tabelião

Indicações

INDICAÇÃO N° 693/09

SÚMULA:

Solicita ao Governador do Estado a regulamentação da aposentadoria aos servidores públicos do Paraná portadores de deficiência, na forma do artigo 201, parágrafo 1° da Constituição Federal.

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada Deputada com assento nesta Casa de Leis, indica à Mesa seja oficiado ao Governador do Estado,

Exmo. Sr. Roberto Requião, solicitando do mesmo a regulamentação da aposentadoria aos servidores públicos do Paraná portadores de deficiência, na forma do artigo 201, parágrafo 1° da Constituição Federal.

A Emenda Constitucional n° 047/05 prevê a aposentadoria especial para os segurados portadores de deficiência. Tramita no Congresso Nacional a regulamentação da referida emenda para os segurados do regime geral de previdência social (Projeto de Lei Complementar n° 277/05).

Contudo, essa regulamentação também deve ser estendida aos segurados da previdência estadual.

Sala das Sessões, em 01/06/09.

(a) CIDA BORGHETTI

INDICAÇÃO N° 694/09

SÚMULA:

Solicita providências para implantação do Projeto Biblioteca Cidadã no Município de Colombo.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o que se segue:

I - Sejam tomadas as devidas providências para implantação de duas unidades do Projeto Biblioteca Cidadã no Município de Colombo.

II - Estamos apresentando a presente indicação, objetivando beneficiar os estudantes e a população do Município de Colombo.

Sala das Sessões, em 01/06/09.

(a) BETI PAVIN

Requerimentos

REQUERIMENTO N° 2586

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a retirada do Projeto de Lei n° 247/09, item 10 da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária, por 02 (duas) sessões.

Sala das Sessões, em 01/06/09.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO N° 2563

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, atendendo sugestão do Setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER, arquivamento do Projeto de Lei n° 117/09, item 08, da Ordem do Dia de hoje, tendo em vista que a entidade já foi declarada de utilidade pública pela Lei n° 6423, publicada no Diário Oficial do dia 10/07/73.

Sala das Sessões, em 01/06/09.

(a) NELSON JUSTUS

REQUERIMENTO Nº 2558

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem mui respeitosamente, REQUERER, após ouvido o douto Plenário, a autorização desta Casa de Leis, para viagem a Brasília/DF, entre os dias 01 a 04/06/09, para tratar de assuntos de interesse deste Poder Legislativo.

Sala das Sessões, em 01/06/09.

(a) NEREU MOURA

REQUERIMENTO Nº 2590

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o soberano Plenário, justificativa de ausência nas Sessões de 20, 27 e 28 de maio, em virtude de compromissos políticos assumidos no interior do Estado (20/05) e participação na 13ª Conferência Nacional dos Legislativos Estaduais, evento patrocinado pela UNALE - União Nacional dos Legislativos Estaduais - e realizado na Cidade de Belém (PA), nos dias 26, 27 e 28 de maio.

Sala das Sessões, em 01/06/09.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 2580

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 120, do Regimento Interno, REQUER, a anexação dos Projetos de Lei nºs 289/08 e 245/09, que declara de utilidade pública a Congregação Espiritual Paz e Amor da Mãezinha Laura Antonia com sede e foro no Município de Araucária.

Sala das Sessões, em 01/06/09.

(a) NELSON JUSTUS

REQUERIMENTO Nº 2581

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 120, do Regimento Interno, REQUER, a anexação dos Projetos de Lei nºs 155/07 e 227/09, que objetivam conceder desconto no IPVA aos contribuintes que não foram multados.

Sala das Sessões, em 01/06/09.

(a) NELSON JUSTUS

REQUERIMENTO Nº 2565

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Luiz Fabris Alípio, ocorrido no dia 29/05/09, no Município de Guaraniaçu/PR.

Requer ainda, que seja dada ciência à família enlutada, através de sua esposa, Doraci Fabris, enviando correspondência.

Sala das Sessões, em 01/06/09.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O que vale não é o tempo que passamos ao lado de quem amamos, mas a qualidade deste tempo compartilhado. A vida não é feita pela quantidade de minutos, de meses ou de anos. A vida, este dom de Deus, vale pela maneira intensa como cada instante é vivenciado e experienciado.

É possível definir em poucas palavras, com exatidão, a forma de ser do Sr. Luiz Fabris Alípio. Esposo, pai, trabalhador e amigo, sua existência foi marcada pela forma generosa de ser.

Como pai, criou com muito esmero e disciplina seus dois filhos: Lucas e Eliane.

Como esposo sempre foi companheiro, leal e amigo. Casado com a senhora Doraci, juntos construíram uma vida e souberam cativar simpatias e respeito de todos.

Como trabalhador, lutou incansavelmente para superar as dificuldades. Foi pintor. Não acumulou fortunas, mas cultivou amizade que levou consigo no semblante calmo com que adormeceu eternamente.

Enfim, adjetivos não faltam para qualificá-lo, uma vez que em vida deixou uma grande marca de honestidade, humildade e caráter. Todos, com certeza, sentirão amargamente a ausência do Sr. Luiz, que acima de tudo foi um grande amigo.

Aceitem nossos sinceros votos de pesar.

REQUERIMENTO Nº 2566

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Augusto Rodrigues Calixtro, o corrido no dia 28/05/09, no Município de Cantagalo/PR.

Requer ainda, que seja dada ciência à família enlutada, através de sua esposa, a Sra. Iraci Calixtro, enviando correspondência.

Sala das Sessões, em 01/06/09.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Às vezes ocorrem fatos que nem de longe conseguimos entender ou compreender. Por mais que busquemos respostas, muitos acontecimentos se envolvem em contundentes mistérios e se tornam inesplicáveis.

Assim é que definimos o falecimento do Vereador Augusto Rodrigues Calixtro, um homem de personalidade forte, grande mediador, inteligente, equilibrado e outras virtudes, que faziam com que ele fosse uma das principais lideranças políticas no Município.

Desde cedo, deixou claro que não seria mais um nesse mundo. Mostrando-se um líder nato, envolveu-se nos assuntos comunitários, participando ativamente das grandes decisões.

Na política, Augusto Calixtro exerceu o cargo de Vereador por três legislaturas. Ele foi militante do PTB. Nas eleições de 2008, foi eleito com 224 votos, sendo o

quinto Vereador mais votado no Município. Era representante da comunidade do Cavaco, interior de Cantagalo. Por ser agricultor, sabia das dificuldades que o homem do campo enfrentava e, por isso, defendia com veemência os interesses da classe.

Além dos dotes como político, era um ser humano generoso e abnegado. Jamais deixou de cooperar objetivando diminuir o sofrimento das pessoas menos protegidas pela sorte. Infelizmente a morte do Vereador Augusto abriu uma lacuna, que dificilmente será preenchida em Cantagalo.

Solicito que seja aprovada por essa Casa de Leis a presente proposição, em homenagem aos serviços prestados em vida por este homem público, rogando a Deus que abençoe a sua família e que o receba, reservando-lhe um lugar na morada eterna.

REQUERIMENTO Nº 2579

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa votos de pesar à família do Sr. José Carlos Campos Hidalgo, pelo falecimento de sua mãe dona Aparecida de Amorim Santinho Hidalgo, ocorrido ontem em Curitiba.

Dona Aparecida Hidalgo tinha 95 anos, era viúva e deixa o filho José Carlos Campos Hidalgo e a filha Cidalita e netos.

Os sentimentos do Poder Legislativo à família enlutada.

Sala das Sessões, em 01/06/09.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 2554

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações, ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA-PR, pelos seus 75 anos de plena atividade na promoção da valorização profissional e na garantia da efetiva participação de profissionais habilitados nas áreas da engenharia, arquitetura e agronomia, buscando a defesa da sociedade, fundamentado na ética, proteção ao meio ambiente e nos aspectos humanos, sociais e econômicos.

Requer ainda, que se dê ciência ao Sr. Álvaro José Cabrini Junior - presidente do CREA-PR, através de correspondência.

Sala das Sessões, em 01/06/09.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 2555

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a manifestação do soberano Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos

da Sessão de hoje, voto de congratulações ao Juiz de Direito Lorni Zaniolo, Presidente da Associação de Magistrados e Promotores de Justiça da Infância, Juventude e Família do Estado do Paraná, pelo sucesso que S. Exa. e membros de sua diretoria vem realizando no comando da entidade, buscando soluções e alternativas que amenizem os incontáveis problemas que abalam e, em muitos casos, destroem a formação de nossas crianças e adolescentes, além de problemas familiares que acabam atingindo a unidade familiar. Respeitado por seus colegas e pela sociedade, o Dr. Lorni Zaniolo merece o reconhecimento público desta Casa de Leis, inclusive com votos de sucesso para o encontro estadual que a entidade promoverá em Curitiba, dias 26 e 27 de junho, para debater "Abandono, Violência e Responsabilidade".

Sala das Sessões, em 01/06/09.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 2556

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a manifestação do soberano Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações ao jornalista - comunicador Gildo Alves, criador e apresentador do programa "Palanque Eletrônico", que comemora o 2º aniversário, na Rádio FM 104, em Cornélio Procopio. Trata-se de um dos programas jornalísticos de maior audiência em todo o norte do Paraná, com informações e debates sobre os mais variados temas. O comandante desse respeitado programa é um profissional dotado de grande sabedoria, e, que conseguiu, ao longo de sua carreira, arrebanhar muitos milhares de admiradores em nosso Estado.

Requeiro que o requeiro que o reconhecimento público e as congratulações deste Poder sejam comunicados ao Sr. Gildo Alves, através da FM 104, com votos de permanente sucesso profissional.

Sala das Sessões, em 01/06/09.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 2567

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, usando das prerrogativas do Regimento Interno desta Casa, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário que seja inserido nos Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, votos de congratulações, com menção honrosa para a Srta. Karine Martins de Souza, Miss Paraná 2009.

Sala das Sessões, em 01/06/09.

(a) LUIZ NISHIMORI

JUSTIFICATIVA:

A Universitária Karine Martins de Souza, tem 23 anos de idade, é de Cascavel e conquistou o título de Miss Paraná disputando com outras 55 candidatas de vários Municípios do Estado.

Representou o Paraná no Concurso Miss Brasil que foi realizado em São Paulo, com transmissão direta da Rede Bandeirantes. O Concurso de Miss Paraná, foi promovido pela BMW Eventos como uma homenagem para a Colônia Italiana do Paraná com cenário temático, danças, representações, músicas e textos históricos da Itália.

Pela importância cultural e pela representatividade do Estado do Paraná através da beleza dessa cascavelense justificamos o presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 2568

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, envio de votos de congratulações a todos os funcionários e presidente da Associação Italiana Padre Alberto Casavecchia pelo trabalho desenvolvido na preservação e resgate das tradições italianas do Município de Colombo.

Requer ainda, envio de cópia ao Sr. Presidente Agostinho Mottin.

Sala das Sessões, em 01/06/09.

(a) BETI PAVIN

REQUERIMENTO Nº 2569

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Próvita Eventos pelos 20 anos.

Sala das Sessões, em 01/06/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Próvita Eventos pelos 20 anos, fundada pelo Sr. Paulo Colnaghi para ser a primeira empresa a atender eventos corporativos no Brasil, objetivo atingido com sucesso por toda uma equipe multidisciplinar e altamente capacitada, formada por profissionais de marketing, publicidade, arquitetura, design, ciências sociais e turismo, que atuam de forma sinérgica e criativa, levando suas atividades para todo o país, tornando os eventos em memoráveis acontecimentos, demonstrando ser uma empresa inovadora, arrojada e apaixonada pelo que faz, conquistando clientes que se tornam amigos, trabalhando com entusiasmo e dedicação, buscando sempre a excelência, uma empresa especializada em atender pessoas.

REQUERIMENTO Nº 2570

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Dr. Julio Cesar Sá Ferreira.

Sala das Sessões, em 01/06/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Dr. Julio Cesar Sá Ferreira, presidente para o Brasil da Academia Internacional de

Odontologia Integral e diretor executivo do V Odonto-Merco - Congresso de Odontologia do MERCOSUL, um dos eventos mais científicos da área, que apresenta as novidades e a tecnologia que estão sendo implantadas no mercado, sob sua responsabilidade também está a feira industrial e comercial de produtos, serviços e equipamentos dos setores odontológicos, simpósio de responsabilidade social e ambiental e um fórum dedicado a apresentação e discussão de programas de êxito na prevenção de doenças bucais, através destas atividades, busca-se o padrão de excelência profissional e a conscientização sobre o papel que todos devem ter como cidadãos, no que diz respeito a responsabilidade sócio-ambiental, fator fundamental para a sobrevivência dos povos, motivação principal de sua dedicação e empenho.

REQUERIMENTO Nº 2571

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sindicato das Escolas Particulares do Paraná pelo projeto Planeta Reciclável.

Sala das Sessões, em 01/06/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sindicato das Escolas Particulares do Paraná pelo projeto Planeta Reciclável, iniciativa desta importante instituição, com o objetivo de fixar o conceito de sustentabilidade na sociedade, com ênfase na reciclagem, através das crianças e instituições de ensino, demonstrando desta forma a sua responsabilidade para com a comunidade, buscando alternativas para os problemas que afligem a todos, dando a sua contribuição para um mundo melhor e menos poluído, transmitindo a importância de se manter o meio ambiente e os recursos hídricos para as gerações futuras.

REQUERIMENTO Nº 2572

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Srta. Laurize Gucoski Ruzza.

Sala das Sessões, em 01/06/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Srta. Laurize Gucoski Ruzza, publicitária de formação, dedica-se atualmente a sua participação como sócia-proprietária da loja multimarcas Isadora Completa, onde propõe um diferencial em moda, trabalhando com marcas selecionadas que chamem a atenção pelo toque criativo nos detalhes, procurando a ousadia que combina com a mulher contemporânea, transmitindo seu estilo e representando um mix de marcas, em ambientes agradável e com tratamento personalizado, realizando eventos constantemente para seus clientes, onde expõe todo seu carisma, simpatia e bom gosto.

REQUERIMENTO Nº 2573

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Corcovado Rio, bar, Ctba.

Sala das Sessões, em 01/06/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Corcovado Rio, bar, Ctba, que traz a Curitiba, um pouco da cidade do Rio de Janeiro, com o melhor da música brasileira ao vivo e os melhores pratos da culinária carioca, transmitindo à sociedade curitibana os prazeres da boa comida, demonstrando o espírito cosmopolita da Cidade de Curitiba e reforçando o turismo gastronômico da Capital. Por se tratar de uma cozinha de qualidade, revela as mais profundas raízes de uma sociedade que atrai os paladares mais críticos, conquistando-os com a qualidade e com os bons serviços prestados em ambiente confortável e agradável.

REQUERIMENTO Nº 2574

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Vitor Roberto Tioqueta.

Sala das Sessões, em 01/06/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Vitor Roberto Tioqueta, diretor de administração e finanças do SEBRAE/PR - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, onde promove a competitividade e o desenvolvimento sustentável dos empreendimentos de micro e pequeno porte, atuando fortemente na criação destas, incentivando o desenvolvimento do País, gerando empregos e renda por meio do empreendedorismo, transformando a vida das pessoas, de forma comprometida com a construção de uma nação melhor e de uma sociedade mais justa e equilibrada.

REQUERIMENTO Nº 2575

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Julio Cezar Agostini.

Sala das Sessões, em 01/06/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Julio Cezar Agostini, diretor técnico do SEBRAE/PR - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, onde promove a competitividade e o desenvolvimento sustentável dos empreendimentos de micro e pequeno porte, atuando fortemente na criação destas, incentivando o desenvolvimento do País, gerando empregos e renda por meio do empreendedorismo, transformando a vida das pessoas, de forma comprometida com a construção de uma nação melhor e de uma sociedade mais justa e equilibrada.

REQUERIMENTO Nº 2576

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Allan Marcelo de Campos Costa.

Sala das Sessões, em 01/06/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Allan Marcelo de Campos Costa, diretor superintendente do SEBRAE/PR - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, onde promove a competitividade e o desenvolvimento sustentável dos empreendimentos de micro e pequeno porte, atuando fortemente na criação destas, incentivando o desenvolvimento do País, gerando empregos e renda por meio do empreendedorismo, transformando a vida das pessoas, de forma comprometida com a construção de uma nação melhor e de uma sociedade mais justa e equilibrada.

REQUERIMENTO Nº 2577

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Jefferson Nogaroli.

Sala das Sessões, em 01/06/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Jefferson Nogaroli, presidente do Conselho Deliberativo do SEBRAE/PR - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, onde promove a competitividade e o desenvolvimento sustentável dos empreendimentos de micro e pequeno porte, atuando fortemente na criação destas, incentivando o desenvolvimento do País, gerando empregos e renda por meio do empreendedorismo, transformando a vida das pessoas, de forma comprometida com a construção de uma nação melhor e de uma sociedade mais justa e equilibrada.

REQUERIMENTO Nº 2578

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações à Dra. Andréa Dumsch de A. Ferreira.

Sala das Sessões, em 01/06/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem à Dra. Andréa Dumsch de A. Ferreira, cirurgiã cardíaca, formada pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná e pós-graduada na Universidade do Alabama, uma das médicas da nova geração da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba, que realiza seu trabalho com competência e dedicação, levando afeto e conforto aos pacientes sobre sua responsabilidade, demonstrando que é possível amenizar o sofrimento dos doentes e dar-lhes esperança de recuperação, dispensando atenção genuína e espontânea, doando-se

incondicionalmente para melhor realizar os processos de qualidade da instituição, fazendo o que é preciso ser feito e da melhor maneira possível, tendo como fundamento a clareza e o comprometimento para combater as doenças com humanismo, ciência e afeto.

REQUERIMENTO Nº 2561

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, vem mui respeitosa-mente, REQUERER menção honrosa, aos Srs. Pedro de Paula Filho e Euclides Gerolamo Scalco; ex-presidentes da Associação dos Amigos do Hospital de Clínicas - AAHC, que trabalharam em prol do auxílio da importante instituição hospitalar que tanto contribui para a sociedade paranaense.

Solicito a especial gentileza em notificar acerca da menção honrosa, em apreço, aos Srs. Pedro de Paula Filho e Euclides Gerolamo Scalco, na Sessão Solene, que realizar-se-á no dia 04/06/09, neste plenário.

Sala das Sessões, em 01/06/09.

(a) ALEXANDRE CURI

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 264/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica criado o Programa de Diagnóstico, Tratamento e Acompanhamento dos Portadores de Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica - DPOC.

Art. 2º Os órgãos públicos competentes oferecerão treinamento especializado para diagnóstico, tratamento e acompanhamento dos portadores de DPOC aos médicos da rede pública selecionados para fazerem parte do quadro de profissionais que atuarão no programa previsto no artigo anterior.

Art. 3º Todas as unidades públicas de saúde que oferecerem à população o programa de que trata esta lei disponibilizarão exames gratuitos de espirometria.

Art. 4º Diagnosticada no paciente a DPOC, ele receberá dos órgãos públicos competentes, gratuitamente, os remédios necessários para o controle de sua doença.

Art. 5º As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente e suplementadas se necessário.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará a presente lei.

Sala das Sessões, em 01/06/09.

(a) DR. BATISTA

JUSTIFICATIVA:

Inicialmente, este projeto de lei não invade a competência constitucional de outros entes da Federação, uma vez que a Carta Magna estabelece a obrigação do Estado de cuidar e preservar a saúde da população.

A Constituição da República Federativa do Brasil, em seu artigo 24, inciso XII, é clara ao afirmar: *Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: XII - previdência social, proteção e defesa da saúde.*

A nossa proposta visa proteger a saúde de inúmeras pessoas que são portadoras de doença pulmonar obstrutiva crônica - DPOC - e desconhecem esse fato. Visa também proteger aqueles que já sabem ser portadores da doença e necessitam de cuidados especializados para poderem viver com dignidade.

A DPOC é uma moléstia progressiva que une efesma pulmonar bronquite. Apesar de ser uma doença que afeta 7 milhões de pessoas apenas no Brasil e de ser a 4ª causa de internações em nosso sistema público de saúde e a 5ª causa de mortes em todo o País, ela é conhecida por somente 5% dos brasileiros. Em duas amplas pesquisas conduzidas pela Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP -, os demais resultados são ainda mais estarecedores.

Apenas 12% dos portadores da doença são diagnosticados corretamente, e, entre os médicos, há falta de preparo para diagnosticar e acompanhar a DPOC. Além disso, a pesquisa indicou que a grande maioria das pessoas estudadas não tinha sido submetida a espirometria, um exame que avalia a capacidade respiratória e é fundamental no diagnóstico da doença e no acompanhamento de sua evolução.

Os dados obtidos indicam, ainda, que 20% dos fumantes acabam desenvolvendo a doença após os 50 anos de idade e que 70% dos portadores da doença procuram o médico, em média, quatro vezes por ano para tratar crises respiratórias.

Esta proposição não gerará ônus para o Estado, pois grande parte de seus gastos com a saúde se referem a internações e consumo de oxigênio para atendimento de pacientes com doenças pulmonares, e o tratamento através de fármacos reduzirá significativamente o volume de recursos destinados ao tratamento da referida doença.

Todos os indicadores apresentados mostram a necessidade urgente de um programa específico para o tratamento da DPOC. E essa é a razão de nosso projeto de lei.

Assim, diante do exposto, contamos, uma vez mais, com o indispensável apoio de nossos nobres Pares para a aprovação desta importante proposição.

PROJETO DE LEI Nº 265/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Instituto de Apoio e Desenvolvimento Ambiental e Saúde - IADAS, com sede e foro no Município de Cascavel.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 01/06/09.

(a) PROFESSOR LEMOS

JUSTIFICATIVA:

O Instituto de Apoio e Desenvolvimento Ambiental e Saúde - IADAS, entidade sem fins lucrativos, sediada no Município de Cascavel, tem como objetivos desenvolver atividades comunitárias nas áreas ambiental, de saúde e educacional, principalmente junto às comunidades carentes. As atividades realizadas contribuem para os processos de organização e conscientização das comunidades atendidas com vistas à participação popular, desenvolvimento sustentável, defesa de políticas públicas de interesse das comunidades e fortalecimento da cidadania.

A declaração de utilidade pública estadual a esta entidade é elemento de grande importância para o seu fortalecimento e prosseguimento de suas atividades.

PROJETO DE LEI Nº 266/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído e incentivado a política estadual de tratamento e reciclagem de óleos e gorduras vegetal ou animal e uso culinário, mediante a adoção de medidas estratégicas de controle técnico, com as seguintes finalidades:

I - Não acarretar prejuízos a rede de esgotos;

II - Evitar a poluição dos mananciais;

III - Informar a população quanto aos riscos ambientais causados pelo despejo de óleos e gorduras de origem vegetal ou animal na rede de esgoto e as vantagens múltiplas dos processos de reciclagem;

IV - Conscientizar e motivar empresários do setor gastronômico da importância de sua participação na reciclagem e destinação final do óleo saturado;

V - Incentivar a prática da reciclagem de óleos e gorduras de origem vegetal ou animal e uso culinário, doméstico, comercial ou industrial, mediante suporte técnico, incentivo fiscal e concessão de linhas de crédito para pequenas e médias empresas, que operem na área de coleta e reciclagem permanentes;

VI - Favorecer a exploração econômica da reciclagem de óleos e gorduras de origem vegetal ou animal e de uso culinário, desde a coleta, transporte e revenda, até os processos industriais de transformação, de maneira a gerar empregos e renda as pequenas e médias empresas;

VII - Criar e incentivar galpões de triagem do Estado do Paraná a incorporarem a reciclagem do óleo saturado e destiná-los a grupos da comunidade para a geração de emprego e renda.

§ 1º Entende-se por política estadual de tratamento e reciclagem de óleos e gorduras de origem vegetal ou animal e uso culinário, para fins desta lei, a otimização das ações governamentais e não-governamentais, buscando a participação do empresariado e das organizações sociais, com o objetivo maior de:

a) Conceder apoio estratégico e aprimorar a atividade econômica da reciclagem de matéria residual de gorduras de uso alimentar;

b) Buscar o cumprimento de metas de proteção ao meio ambiente, informação aos consumidores e conscientização da sociedade a respeito de danos provenientes do descarte residual no meio ambiente e das vantagens da prática de sua reutilização em escala industrial.

§ 2º O programa de que trata esta lei, incentivará estudos, desenvolvimento de projetos e outras medidas, voltadas ao atendimento das finalidades elencadas nos incisos deste artigo, especialmente no tocante a seu suporte técnico.

Art. 2º Constituem diretrizes do programa:

I - Discussão, desenvolvimento, adoção e execução de ações, projetos e programas, que atendam as finalidades desta lei, reconhecendo-as como fundamentais para o bom funcionamento da rede de esgotos, bem como da preservação dos mananciais;

II - Busca e incentivo à cooperação dentre União, Estados e Municípios e organizações sociais;

III - Estímulo à pequena e média empresa e ao cooperativismo;

IV - Criação de galpões de triagem no Estado;

V - Estabelecimento de projetos de reciclagem de óleos e gorduras de origem vegetal ou animal e uso alimentar, e de proteção ao meio ambiente, enfocando, principalmente, os efeitos da poluição em decorrência do descarte residual de gorduras culinárias;

VI - Atuação no mercado, através de mecanismos tributários e da fiscalização, procurando incentivarem-se as práticas de coleta e reciclagem e óleos e gorduras de uso culinário, ampliando-as em larga escala;

VII - Execução de medidas para evitar a poluição decorrente do descarte de óleos e gorduras de origem vegetal ou animal e uso culinário na rede de esgotos, exigindo-se da indústria e comércio a efetiva participação em projetos a serem desenvolvidos e executados para fins desta lei;

VIII - Instalação de postos de coleta de óleos e gorduras em escolas, hotéis, bares e restaurantes;

IX - Manutenção permanente de fiscalização sobre indústrias de alimento, hotéis, bares e restaurantes, para fins desta lei;

X - Promoção permanente de ações educativas, com vistas aos fins desta lei;

XI - Estímulo e apoio às iniciativas não-governamentais voltadas à reciclagem, bem como a outras ações ligadas às diretrizes de política ambiental de que trata esta lei;

XII - Promoção de campanhas de conscientização da opinião pública, inclusive de usuários domésticos, visando despertar a solidariedade e a união de esforços em prol dos objetivos desta lei;

XIII - Realização de campanhas educativas permanentes voltadas ao consumidor domiciliar e aos responsáveis dos estabelecimentos que elaboram alimentos.

Parágrafo Único. Todos os projetos e ações voltadas ao cumprimento das diretrizes estabelecidas nos incisos anteriores serão amplamente divulgados, de forma a propiciar a efetiva participação da sociedade civil.

Art. 3º Fica o Poder Executivo Estadual e/ou Municipal, através da Secretaria do Meio Ambiente, responsável por credenciar empresas, associações ou cooperativas que possuem qualificação técnica através de critérios apontados por órgão competente, para a execução do serviço de coleta, transporte, e reciclagem do óleo utilizado nos estabelecimentos ligados ao Poder Público.

§ 1º As despesas decorrentes do disposto acima, correrão por conta das empresas interessadas em realizar o serviço de coleta, transporte e reciclagem, sendo o Poder Executivo Estadual responsável pela divulgação, conscientização e fiscalização através dos seus órgãos competentes na área ambiental e urbana, e nos órgãos ligados à educação estadual.

§ 2º Apenas empresas ou associações cooperativas, devidamente cadastradas e enquadradas nos critérios técnicos estabelecidos pelo Conselho Estadual de Defesa do Meio Ambiente, poderão exercer essa atividade no Estado do Paraná.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 01/06/09.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

“Cada litro de óleo vegetal/animal lançado em um lençol de água polui o equivalente a um milhão de litros de água potável”.

A questão do lixo está se tornando um dos problemas mais graves da atualidade. A reciclagem é uma forma muito atrativa de gerenciamento de resíduos, pois transforma o lixo em insumos, com diversas vantagens ambientais.

Pode contribuir para a economia dos recursos naturais, assim como para o bem estar da comunidade. Muitos estabelecimentos comerciais - restaurantes, bares, lanchonetes, pastelarias, hotéis e afins, como também residências, jogam o óleo de cozinha usado na rede de esgoto, o que causa o entupimento da mesma, bem como o mau funcionamento das estações de tratamento.

Para retirar o óleo e desentupir são empregados produtos químicos altamente tóxicos, o que acaba criando uma cadeia perniciosa. Além de causar danos irreparáveis ao meio ambiente.

A presença de óleos e gorduras na rede de esgoto gera graves problemas de higiene e mau cheiro. O óleo, mais leve que a água, fica na superfície, criando uma barreira a qual dificulta e até impede a entrada de luz e a oxigenação da água, comprometendo assim, a base da cadeia alimentar aquática.

Apoiar iniciativas deste porte é contribuir para a preservação do meio ambiente e, o que é mais importante: criar mecanismos de geração de renda e emprego através do desenvolvimento sustentável.

Isto posto, solicito aos nobres pares desta Casa de Lei o pleno apoio à matéria aqui proposta, haja vista a relevante importância sócio-ambiental que proporcionará a toda a comunidade paranaense, propiciando um planejamento de preservação do meio ambiente e, deixando um legado imprescindível às futuras gerações.

Projetos de Decreto Legislativo

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 002/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aprovada a apresentação, ao Senado Federal, da proposta de emenda à Constituição constante do anexo deste decreto legislativo, nos termos e para os fins do disposto no inciso III do artigo 60 da Constituição Federal.

Art. 2º Esta decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 01/06/09.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Por um movimento que bem pode denominar-se federalista, pretende-se dar efetividade ao princípio federativo. Seu primeiro passo não poderia ser outro senão o de interromper a concentração de poderes no plano federal, para que os Estados membros da Federação não fiquem apenas com os poderes que remanescem depois da repartição deles entre a União e os Municípios. Pretende-se, com este projeto de decreto legislativo, ampliar os poderes dos Estados membros, pois a Federação brasileira tem tido como característica o fato de, a cada reforma constitucional, reduzir o âmbito de competência dos Estados. A bem dizer, na prática, a Federação brasileira vai deixando de existir.

Ficam, assim, as populações dos Estados, inegavelmente condicionadas ou à legislação federal ou à legislação municipal, em claro movimento político que se contrapõe ao princípio federativo, inscrito na Constituição Federal desde seu artigo 1º.

Cumprir o caminho do autêntico federalismo, ameaçado a cada dia pelo crescente poder normativo da União e dos Municípios em detrimento dos Estados.

É esse o sentido projeto de decreto legislativo ora apresentado, que propõe emenda à Constituição da República, visando a fazê-la retornar ao leito do federalismo instaurado desde a Constituição de 1891, mas que ainda não se implantou verdadeiramente, em que pese ao

apreço que se lhe devota em todos os meios políticos, judiciais e acadêmicos.

O Brasil é o país da diversidade, a ponto de se dizer que são muitos os “Brasis”. É preciso que a Constituição Federal passe a refletir esse fato, que se põe à vista de todos e que exige legislação que se amolde às peculiaridades de cada Estado federado.

ANEXO PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Altera os artigos 22, 24, 61 e 220 da Constituição Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do parágrafo 3º do artigo 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto da Constituição Federal:

Art. 1º O inciso I do artigo 22 da Constituição da República passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 22.(...) ”

I - direito civil, comercial, penal, eleitoral, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;”

Art. 2º Ficam revogados os incisos XI, XXIV, XXVII e XXIX do artigo 22 da Constituição Federal.

Art. 3º O artigo 24 da Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 24.(...) ”

XI - direito processual;

XII - previdência social, assistência social e proteção e defesa da saúde;

(...) ”

XVII - licitação e contratação, em todas as modalidades, para as Administrações Públicas Diretas, Autárquicas e Fundacionais, obedecido o disposto no artigo 37, XXI, e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do artigo 173, parágrafo 1º, III;

XVIII - propaganda comercial;

XIX - trânsito e transporte;

XX - direito agrário.”

(...) ”

§ 2º As normas gerais versam sobre princípios, diretrizes e institutos jurídicos.

§ 3º Compete aos Estados e ao Distrito Federal suplementar as normas gerais no que for de predominate interesse regional.

§ 4º Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados e o Distrito Federal exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

§ 5º A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual ou distrital, no que lhe for contrário.”

Art. 4º O parágrafo 3º do artigo 220 da Constituição da República passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 220.(...) ”

§ 3º Compete à lei:

I - regular as diversões e espetáculos públicos, cabendo ao Poder Público informar sobre a natureza deles, as faixas etárias a que não se recomendem, locais e horários em que sua apresentação se mostre inadequada;

II - estabelecer os meios legais que garantam à pessoa e à família a possibilidade de se defenderem de programas ou programações de rádio e televisão que contrariem o disposto no artigo 221, bem como da propaganda de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde e ao meio ambiente.”

Art. 5º Fica acrescentado ao artigo 61 o seguinte parágrafo 2º, passando o seu parágrafo 2º a vigorar como parágrafo 3º:

“Art. 61.(...) ”

§ 2º Mediante proposta da maioria dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional, poderá ser apresentado projeto de lei que verse sobre matéria de iniciativa privativa do Presidente da República, exceto quanto a criação e extinção de Ministérios e órgãos da Administração Pública e quanto às matérias previstas no artigo 165.”

Art. 6º Esta emenda à Constituição Federal entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA:

Assinada por mais de metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, conforme exigido no inciso III do artigo 60 da Constituição, esta proposta de emenda à Constituição Federal resulta de proposta do Colegiado dos Presidentes das Assembleias Legislativas.

No concerto entre os entes federativos, verifica-se a premente necessidade de ampliação do campo de atuação institucional dos Estados, os quais se veem como que “comprimidos” entre a União e os Municípios. Pela nossa sistemática constitucional de repartição de competências, aos Estados compete legislar sobre tudo quanto não lhes for expressamente vedado pela Lei Maior, enquadrando-se nessa interdição constitucional as matérias expressamente cometidas à União bem como os assuntos de interesse local, a cargo dos Municípios.

Objetiva-se, pois, proceder a alterações no Texto Constitucional, reduzindo-se o âmbito de competência privativa da União, de que trata o artigo 22, e, paralelamente, ampliando-se a competência estadual na via da legislação concorrente. Assim, propõe-se a revogação dos incisos XI e XXIX do artigo 22, que se referem a trânsito de transporte e a propaganda comercial. Não há razão plausível a justificar que tais assuntos sejam disciplinados privativamente pela União, sobretudo se consideradas as disparidades regionais, de modo que se preconiza a possibilidade de os Estados tratarem dessas matérias na via da legislação concorrente, o que seria viabilizado mediante a alteração proposta. Ao deslocar a propaganda comercial para a

competência concorrente, torna-se necessário ajustar a redação do artigo 220 da Constituição Federal.

O inciso XI do artigo 24 da Constituição da República já estabelece como competência concorrente os procedimentos em matéria processual, cabendo à União, pois, fixar apenas normas gerais. Não obstante, deve-se reconhecer a dificuldade de distinguir as normas processuais daquelas que disciplinam os procedimentos. Assim, nada mais acertado que deixar o direito processual dentro da competência concorrente, de forma que a União estabeleça as normas gerais, permitindo aos Estados suplementar a legislação federal. Esta alteração permitirá aos Estados adotar medidas que ofereçam celeridade à prestação dos serviços jurisdicionais, que apresentam peculiaridades de caráter regional.

O inciso I do artigo 22 da Constituição Federal arrola como matérias da competência legislativa privativa da União, entre outras, o direito agrário, matéria que se desenvolve por inteiro em território estadual, tendo cada um dos Estados, por isso mesmo, melhores condições de regrá-la em suas peculiaridades, fazendo-o, no entanto, segundo normas gerais fixadas pela União.

Outrossim, propomos a revogação dos incisos XXIV e XXVII do artigo 22 da Constituição Federal. Nesse passo, trata-se de afastar impropriedade técnica constante do texto constitucional. Com efeito, segundo o inciso XXIV, compete privativamente à União legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional. Ora, diretrizes e bases da educação nacional enquadram-se, a toda evidência, no conceito de normas gerais, e já está consignado no artigo 24, IX, que compete à União estabelecer normas gerais sobre educação, cultura, ensino e desporto, o que evidencia a ociosidade do referido inciso XXIV.

A mesma orientação técnica recomenda a supressão do inciso XXVII do artigo 22, o qual consigna como competência privativa da União estabelecer “normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as Administrações Públicas Diretas, Autárquicas e Fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, obedecido o disposto no artigo 37, XXI, e, para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do artigo 173, parágrafo 1º, III”. Ora, alcança-se o mesmo efeito prático incluindo a matéria relativa a licitação entre aquelas de competência concorrente.

São, também, propostas alterações incidentes sobre os parágrafos do artigo 24, de modo a afastar pequenas impropriedades técnicas, bem como fazer inserir o parágrafo 2º, que busca dar contornos mais nítidos ao que sejam normas gerais. Tal alteração se impõe diante de recorrentes injunções indevidas da União no domínio legiferante dos Estados, a pretexto de estabelecer normas gerais. Cumpre deixar bem vincado o que vêm a ser normas gerais, de modo a impedir tais abusos legislativos.

A par do rearranjo da sistemática de competências legislativas ora proposto, cabe também alterar a disciplina normativa que versa sobre iniciativa legislativa,

com vistas a reforçar as prerrogativas do Legislativo, sobretudo diante de situações em que há a formação de uma consistente base consensual em torno da regência legal de determinada matéria, esbarrando, contudo, a ação parlamentar no óbice intransponível da reserva de iniciativa do Poder Executivo.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 003/09

A Assembleia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aprovada a apresentação, ao Senado Federal, da proposta de emenda à Constituição constante do anexo deste decreto legislativo, nos termos e para os fins do disposto no inciso III do artigo 60 da Constituição Federal.

Art. 2º Esta decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 01/06/09.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Afigura-se necessário que melhor se defina o conjunto dos bens pertencentes aos Estados que, anteriormente ao seu surgimento, constituíam território federal. A Constituição da República de 1988 não fixou regras a esse respeito. Limitou-se a dizer, no parágrafo 1º do artigo 18, que podem ser criados Estados a partir da transformação de territórios. No artigo 26, apenas estabeleceu os bens pertencentes aos Estados.

Quando da transformação de territórios em Estados, é possível que parte dos bens pertencentes à autarquia ou, embora pertencentes à União, situados no território objeto de transformação, e que não se encontrem relacionados no citado artigo 26, tenham permanecido sob o domínio federal. É possível, em termos práticos, que tais bens não tenham sido transferidos pela União para o novo Estado. A proposta de emenda constitucional que se pretende viabilizar por meio deste decreto legislativo objetiva disciplinar tal situação.

ANEXO

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Acrescenta dispositivo do artigo 26 da Constituição Federal e dá outras providências.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do parágrafo 3º do artigo 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto da Constituição Federal:

Art. 1º O artigo 26 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 26.(...)”

Parágrafo Único. O disposto no *caput* deste artigo aplica-se aos Estados constituídos a partir da transformação de territórios federais em Estados, desde a data da transformação;”

Art. 2º O Poder Executivo Federal, no prazo de noventa dias contados da data da publicação desta emenda à Constituição providenciará, caso ainda não o tenha feito, a transferência, para o patrimônio do Estado constituído a partir da transformação de território federal, dos bens pertencentes ao território que lhe deu origem ou dos bens de propriedade da União nele situados, respeitado o disposto no artigo 20.

Art. 3º Esta Emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA:

Assinada por mais de metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, conforme exigido no inciso III do artigo 60 da Constituição, esta proposta de emenda à Constituição resulta de proposta do Colegiado dos Presidentes das Assembleias Legislativas.

Afigura-se necessário que melhor se defina o conjunto dos bens pertencentes aos Estados que, anteriormente ao seu surgimento, constituíam território federal. A Constituição da República de 1988 não fixou regras a esse respeito. Limitou-se a dizer, no parágrafo 1º do artigo 18, que podem ser criados Estados a partir da transformação de territórios. No artigo 26, apenas estabeleceu os bens pertencentes aos Estados.

Quando da transformação de territórios em Estados, é possível que parte dos bens pertencentes à autarquia ou, embora pertencentes à União, situados no território objeto de transformação, e que não se encontrem relacionados no citado artigo 26, tenham permanecido sob domínio federal. É possível, em termos práticos, que tais bens não tenham sido transferidos pela União para o novo Estado. Todavia, seria justo e razoável que tal transferência se operasse, não só como forma de reforçar a autonomia político-administrativa da unidade federada, mas também para que a nova entidade conte com estrutura patrimonial suficiente para exercer suas atribuições constitucionais.

Em razão disso, estamos propondo duas regras. A primeira insere parágrafo único ao artigo 26, de modo a deixar claro que o conteúdo de tal dispositivo se aplica aos Estados constituídos a partir da transformação de territórios federais, desde a data da transformação.

A segunda regra, que tem caráter transitório, dispõe que o Poder Executivo Federal, no prazo de 90 dias contados da data da publicação desta emenda à Constituição, providenciará a transferência, para o patrimônio do Estado constituído a partir da transformação de território federal, dos bens pertencentes ao território que lhe deu origem ou de propriedade da União nele situados, respeitado o disposto no artigo 20, caso ainda não tenha sido implementada a medida.

- Publicado, vai o projeto à Mesa da Assembleia para parecer, nos termos do artigo 195, c/c o artigo 79, inciso VIII, alínea “a”, do Regimento Interno.

Assim, propõe-se que, mesmo em se tratando de matérias reservadas à iniciativa do Executivo, haja a possibilidade de flexibilização dessa regra de iniciativa, desde que o projeto seja apresentado pela maioria dos membros do Poder Legislativo. Apenas ficam ressalvadas as matérias de natureza orçamentária e de organização interna do Executivo. Resta preservada a iniciativa privativa e absoluta do Chefe do Poder Executivo para apresentar projeto de lei referente às matérias relacionadas no artigo 165 da Constituição da República e para disciplinar sua organização interna.

Ao mudar as regras atinentes à reserva de iniciativa no plano federal, abre-se espaço para que as Constituições Estaduais promovam as devidas mudanças para se adaptarem à Lei Maior.

- Publicado, vai o projeto à Mesa da Assembleia para parecer, nos termos do artigo 195, c/c o artigo 79, inciso VIII, alínea “a”, do Regimento Interno.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 004/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

Aprova a apresentação de proposta de emenda à
Constituição Federal

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aprovada a apresentação, ao Senado Federal, da proposta de emenda à constituição constante do anexo deste decreto legislativo, nos termos e para fins do disposto no inciso III do artigo 60 da Constituição Federal.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 01/06/09.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Assinada por mais de metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, conforme exigido no inciso III do artigo 60 da Constituição, esta proposta de emenda à constituição resulta de proposta do Colegiado dos Presidentes das Assembleias Legislativas.

A alteração proposta incide sobre o artigo 198, parágrafo 3º, I. Trata-se de disposição constitucional segundo a qual compete à União editar lei complementar que estabelecerá, entre outros, os percentuais que indicarão os recursos mínimos a serem aplicados anualmente pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios em ações e Serviços Públicos de Saúde.

Objetiva-se, com a proposta ora apresentada, alargar o domínio de atuação institucional dos Estados. Não se afigura razoável que, em uma autêntica federação, os Estados não possam sequer estabelecer normativamente os percentuais mínimos a serem aplicados em Serviços Públicos de Saúde, sobretudo se considerarmos as enormes disparidades regionais próprias de um País de dimensões continentais, como o nosso.

Assim, propõe-se que os Estados possam editar lei complementar que definirá, com base no disposto no parágrafo 2º do artigo 198 da Constituição Federal, os percentuais que aplicarão, anualmente, em ações e Serviços Públicos de Saúde, com fundamento em critérios relativos ao índice de desenvolvimento humano regional e ao conjunto das demandas sociais, o que é formalizado mediante o acréscimo de parágrafo ao referido artigo.

Importa dizer que, quanto a essa matéria, a constituição contém disposições tanto no seu corpo permanente, mais precisamente no referido artigo 198 e seus desdobramentos, quanto na parte transitória, mais precisamente em seu artigo 77. O parágrafo 4º desse dispositivo estabelece que, na ausência da lei complementar a que se refere o artigo 198, parágrafo 3º, a partir do exercício financeiro de 2005, aplicar-se-ão à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios os percentuais constantes do artigo 77. Como a proposta ora apresentada prevê a edição de leis complementares no âmbito dos Estados, além da lei complementar da União, impõe-se alterar também o referido parágrafo 4º.

ANEXO PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Modifica o artigo 198 da Constituição Federal e o parágrafo 4º do artigo 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do parágrafo 3º do artigo 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto da Constituição Federal:

Art. 1º O artigo 198 da Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 198 (...)”.

§ 3º (...)

I - o percentual de recursos que a União aplicará, anualmente, em ações e Serviços Públicos de Saúde;

(...)

§ 7º Leis complementares dos Estados e do Distrito Federal, que serão reavaliadas pelo menos a cada cinco anos, definirão, com base no disposto no parágrafo 2º, os percentuais que Estados, Municípios e Distrito Federal aplicarão, anualmente, em ações e Serviços Públicos de Saúde, com fundamento em critérios relativos ao índice de desenvolvimento humano regional e local e ao conjunto das demandas sociais.

Art. 2º O parágrafo 4º do artigo 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 77. (...)

§ 4º Na ausência das leis complementares a que se referem os parágrafos 3º e 7º do artigo 198, a partir do exercício financeiro de 2005, aplicar-se-á à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios o disposto neste artigo.

JUSTIFICATIVA:

Assinada por mais de metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, conforme exigido no inciso III do artigo 60 da constituição, esta proposta de emenda à constituição resulta de proposta do Colegiado dos Presidentes das Assembleias Legislativas.

A alteração proposta incide sobre o artigo 198, parágrafo 3º, I. Trata-se de disposição constitucional segundo a qual compete à União editar lei complementar que estabelecerá, entre outros, os percentuais que indicarão os recursos mínimos a serem aplicados anualmente pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, em ações e Serviços Públicos de Saúde.

Objetiva-se, com a proposta ora apresentada, alargar o domínio de atuação institucional dos Estados. Não se afigura razoável que, em uma autêntica federação, os Estados não possam nem sequer estabelecer normativamente os percentuais mínimos a serem aplicados em Serviços Públicos de Saúde, sobretudo se considerarmos as enormes disparidades regionais próprias de um país de dimensões continentais, como o nosso.

Assim, propõe-se que os Estados possam editar lei complementar que defina, com base no disposto no parágrafo 2º do artigo 198 da Constituição Federal, os percentuais que aplicarão, anualmente, em ações e Serviços Públicos de Saúde com fundamento em critérios relativos ao índice de desenvolvimento humano regional e ao conjunto das demandas sociais, o que é formalizado mediante o acréscimo de parágrafo ao referido artigo.

Importa dizer que, quanto a essa matéria, a constituição contém disposições tanto no seu corpo permanente, mais precisamente no referido artigo 198 e seus desdobramentos, quanto na parte transitória, mais precisamente em seu artigo 77. O parágrafo 4º desse dispositivo estabelece que, na ausência da lei complementar a que se refere o artigo 198, parágrafo 3º, a partir do exercício financeiro de 2005, aplicar-se-ão à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios os percentuais constantes no artigo 77. Como a proposta ora apresentada prevê a edição de leis complementares no âmbito dos Estados, além da lei complementar da União, impõe-se alterar também o referido parágrafo 4º.

Publicado, vai o projeto à Mesa da Assembleia para parecer, nos termos do artigo 195, c/c o artigo 79, inciso VIII, alínea “a”, do Regimento Interno.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 005/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aprovada a apresentação, ao Senado Federal, da proposta de emenda à Constituição constante do anexo deste decreto legislativo, nos termos e para os fins do disposto no inciso III do artigo 60 da Constituição Federal.

Art. 2º Este decreto legislativo entre em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 01/06/09.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

A alteração que se pretende efetuar, no artigo 132 da Constituição Federal, de modo a deixar claro que os Legislativos Estaduais podem ter procuradoria e consultoria e jurídica próprias, é medida que tem plena sustentação jurídica, em vista da autonomia administrativa, financeira, orçamentária e funcional assegurada ao Poder Legislativo. No contexto de sistemas jurídicos democráticos, não deve haver assimetria entre os Poderes. A existência de órgão jurídico próprio fortalece a autonomia do Poder Legislativo.

De outra parte, embora os Poderes devam conviver em harmonia, nem por isso, muitas vezes, deixam de encampar a defesa de teses jurídicas distintas. Esse embate de ideias favorece a densificação dos valores democráticos. Não deve predominar a opinião jurídica emanada de órgãos diretamente subordinados à Chefia do Poder Executivo.

ANEXO

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Altera o artigo 132 da Constituição Federal.

As mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do parágrafo 3º do artigo 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto da Constituição.

Art. 1º Fica acrescentado ao artigo 132 da Constituição Federal o seguinte parágrafo 1º, passando o seu parágrafo único a vigorar como parágrafo 2º, com a redação que se segue:

“Art. 132. (...)

§ 1º A representação judicial e a consultoria jurídica das Assembleias Legislativa poderão ser exercidas por sua Procuradoria Geral ou Advocacia Geral, a que caberá também a representação do Estado em processo judicial que verse sobre ato praticado pelo Poder Legislativos ou por sua administração, observado o disposto no *caput* deste artigo quanto à carreira e à forma de ingresso dos respectivos servidores.

§ 2º Aos procuradores referidos no *caput* e no parágrafo 1º deste artigo é assegurada estabilidade após três anos de efetivo exercício, mediante avaliação de desempenho perante os órgãos próprios, após relatório circunstanciado das corregedorias.”

Art. 2º Esta emenda à Constituição entre em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA:

Assinada por mais de metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, conforme exigido no inciso III do artigo 60 da Constituição, esta pro-

posta de emenda à Constituição resulta de proposta do colegiado dos Presidentes das Assembleias Legislativas.

A alteração do artigo 132 da Constituição da República, para deixar claro que os Legislativos Estaduais podem ter Procuradoria e consultoria jurídica próprias, é medida que tem plena sustentação jurídica em vista de autonomia administrativa, financeira, orçamentária e funcional assegurada ao Poder Legislativo. No contexto de sistemas jurídicos democráticos, não deve haver assimetria entre os Poderes. A existência de órgão jurídico próprio fortalece a autonomia do Poder Legislativo.

De outra parte, embora os Poderes devam conviver em harmonia, nem por isso, muitas vezes, deixam de encampar a defesa de teses jurídicas distintas. Esse embate de ideias favorece a densificação dos valores democráticos. Não deve predominar a opinião jurídica emanada de órgãos diretamente subordinados à Chefia do Poder Executivo.

Não se afigura necessário, diversamente do que ocorre com a Advocacia da União, exigir lei complementar para a organização dos órgãos jurídicos estaduais. Basta considerar que a Constituição da República, no referido artigo 132, não impõe que as Procuradorias do Poder Executivo Estadual sejam organizadas por meio de lei Complementar. Em respeito à autonomia política dos Estados, deve-se deixar por conta das respectivas Constituições Estaduais a definição da espécie normativa adequada - lei ordinária ou lei complementar.

Publicado, vai o projeto à Mesa da Assembleia para parecer, nos termos do artigo 195, c/c o artigo 79, inciso VIII, alínea “a”, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)
(Lê):

ESCRITURA PÚBLICA DE RENÚNCIA DE MANDATO

SAIBAM todos os que virem esta escritura pública que aos vinte e oito dias do mês de maio do ano de dois mil e nove (28/05/09), em São Paulo, SP, República Federativa do Brasil, em diligência no Hospital Albert Einstein, localizado na avenida Albert Einstein, 627, nesta Capital, perante mim, escrevente autorizada pelo Tabelião, comparece como renunciante, LUIZ FERNANDO RIBAS CARLI FILHO, brasileiro, estudante universitário, solteiro, portador da cédula de identidade RG nº 6.990.156-5-SSP-PR, inscrito no CPF-MF sob nº 041.181.029-43, domiciliado e residente na Cidade de Guarapuava, Estado do Paraná, na rua Doutor Laranjeiras, 149, Centro. Reconheço a identidade do presente e sua capacidade para o ato, do que dou fé. E, pelo presente instrumento público, o renunciante declara o seguinte: Sr. Deputado Nelson Justus, Digníssimo Presidente da Assembleia Legislativa do Paraná, e colenda Assembleia Legislativa, renuncio, perante Vossa Exce-

lência, ao mandato que o povo paranaense me outorgou nas eleições de 2006 e nas quais tive a honrosa escolha de ser o Parlamentar mais jovem da atual legislatura. O destino que me proporcionou essa honra e essa alegria, reservou-me a trágica surpresa de me envolver, sem minha vontade direta ou indireta, no acidente que causou a morte de duas pessoas, jovens como eu. Ao mesmo tempo em que deploro a fatalidade dessas perdas humanas transmito a todos os seus familiares e amigos o meu sentimento de solidariedade espiritual. Aguardo o meu processo e julgamento sem prerrogativas funcionais ou privilégios de qualquer ordem para receber, como cidadão comum, a sentença que as circunstâncias do fato e a sensibilidade da Justiça determinarem. Aos meus Pares da Assembleia Legislativa devo poupar-lhes a dolorosa missão de julgar um acusado que ainda não foi ouvido mas que está sofrendo, em sua grande intensidade, uma condenação antecipada como resposta e punição para a tragédia a que fui arrastado. Aos meus eleitores e a todos os demais cidadãos paranaenses pretendo, mesmo sem o mandato para representá-los, atender compromissos sociais e humanos que possam ser viabilizadas com o meu esforço pessoal. Finalmente, aos meus pais e demais pessoas queridas ao convívio familiar, devo dizer-lhes que jamais passou pela minha mente a ideia de praticar qualquer violência e muito menos de causar o infortúnio que estão sofrendo ao meu lado. Desejo, na medida de minhas forças, ações e esperanças, continuar a merecer o carinho e a confiança que nunca me faltaram. ASSIM diz, pede e lavro a presente que, lida em voz alta, acho em tudo conforme, aceita, outorga e assina. Escrita pela escrevente Cristiane Elizabete Cardoso Kroeff e assinada pelo Tabelião Substituto Luiz Carlos Elchin Ferreira da Silva. Dou fé. Declaro que constatei o seguinte quadro físico apresentado pelo renunciante: sua boca encontra-se parcialmente imobilizada, recebe alimentação diretamente no estômago através de sonda, possui na parte superior da cabeça grampos metálicos enfileirados que vão da orelha esquerda a direita. Assinada pela(s) parte(s). Dou fé. Emolumentos: R\$ 302,30, Ao Estado: R\$ 85,92, IPESP: R\$ 63,64, Registro Civil: R\$ 15,92, Tribunal de Justiça: R\$ 15,92, Santa Casa: R\$ 3,02, Total: R\$ 486,72.

(a) PAULO ROBERTO GAIGER FERREIRA

Tabelião

Comunico, portanto, aos Srs. Deputados, que na última sexta-feira o Deputado Luiz Fernando Carli Filho apresentou renúncia do seu cargo de Deputado Estadual, no teor lido há poucos minutos. Comunicando também que devido a representações apresentadas pelo Partido Socialista Brasileiro, que pleiteia a vaga para o Sr. Wilson Luiz Quinteiro e do Sr. Mário Roque, enviei imediatamente o processo à Procuradoria da Assembleia Legislativa, para apresentação de parecer.

Pequeno Expediente:

Passamos ao Pequeno Expediente.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, Deputado Plauto Miró.

Deputado Plauto Miró (DEM)

O SR. PLAUTO MIRÓ

(Lê):

“Neste momento o Sr. Presidente Nelson Justus acaba de ler o documento de renúncia do Deputado Fernando Ribas Carli Filho. De minha parte, com o coração contrito, quero fazer algumas considerações.

Contudo, é preciso deixar registrado a atitude do Luiz Fernando, que abre mão do foro privilegiado para ser julgado como cidadão, apenas, longe de qualquer privilégio ou prerrogativa Parlamentar. A decisão foi dele, comunicada à família por escrito.

Certamente, esse lamentável acidente, onde tivemos a perda de duas preciosas vidas, deixou marcas profundas e permanentes em três famílias, às quais ofereço, novamente, a minha solidariedade pessoal e também a da nossa família.

É preciso lembrar ainda que Carli Filho não chegou ao Parlamento por acaso e não há nenhum registro que desabone sua trajetória pessoal e política.

Natural de Guarapuava, Região Central do Estado, ele faz parte de uma geração de jovens que marca sua presença na política do Paraná. São jovens que estudam, trabalham, dirigem empresas, vivem o seu tempo, com seus ideais, anseios, erros e descobertas.

Com apenas 26 anos, Carli Filho era o Parlamentar mais jovem da nossa legislatura, e conquistou o respeito de muitos colegas e funcionários nesta Casa, por suas posições e conduta combativa, mas coerente nos debates em Plenário e nas Comissões Permanentes.

Carli cursou Direito por algum tempo - curso que admira e que o alimentou com muitos conhecimentos no campo da Filosofia - mas descobriu que sua vocação era mesma a Comunicação Social, sendo que está cursando Publicidade e Propaganda.

Além disso, quem vive com ele, sabe do respeito que ele mantém pelas pessoas e pela família. Os amigos de infância são testemunhas da sua história, assim como a comunidade católica e a população de Guarapuava, Cidade onde ele reside e que o conduziu até esta Casa de Leis, com 46 mil 686 votos, dos quais 37 mil e 386 foram conquistados no Município.

Com Deputado Estadual, Fernando Ribas Carli Filho apresentou vários projetos em favor da população do nosso Estado.

Terminando meu pronunciamento, volto a me solidarizar com os familiares envolvidos nesse trágico acidente e peço que todos os pais e avós, ao olharem seus filhos e netos, conversem com eles e digam o quanto eles são importante para suas vidas.

E que Deus ilumine a todos nós.”

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador, com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. Srs. Deputados.

Deputado Plauto Miró, quero em meu nome e, certamente estou falando em nome de muitos outros Deputados desta Casa, manifestar a V. Exa., que representa a família do nosso companheiro Deputado Fernando Ribas Carli, um sentimento profundo de pesar por este momento que estamos vivendo. Desde o dia 7 de maio esta Casa sofre a dor dos pais e mães que perderam seus filhos, sofre a dor da família do Fernando, que primeiro chegou a ter a notícia do seu falecimento, mas que se encontra, até hoje, numa situação bastante precária em relação à sua saúde.

Quero lembrar, nesta minha manifestação, o convívio que tivemos com o Fernando Ribas Carli. Jovem ainda, bom no trato, Parlamentar responsável, pessoa que se dedicou com intensidade à tarefa de poder ser legislador. Muito jovem ainda, mas que conosco conviveu aqui durante um período em que, nós todos, se pudessémos atestar a sua conduta, diríamos coisas extremamente positivas, por conta do relacionamento que pudemos obter dele nesse período do exercício do mandato. Digo isso, eu como Líder do Governo, ele votando aqui 99% contra, me apartando, debatendo, discutindo, mas era um jovem que lia, se esforçava e que, mais de uma vez, pude oferecer a ele textos que considerava importantes do ponto de vista do aprimoramento da atividades intelectual, e ele respondia da melhor forma possível, estudando, se dedicando.

Por isso, nos surpreendemos muito quando vimos, ouvimos e, por conta do fato de ele ser Deputado, não tenho dúvida, ele não liberta a Assembleia Legislativa de um ônus de julgá-lo, por conta das representações que aqui foram feitas. Mas ele se livra, sim, do ônus de ser Deputado, num País onde o Parlamentar está sujeito à vexatória de, todo dia, receber uma crítica, na maior parte das vezes, injusta.

Não tenho dúvida que ele, deixando o mandato de Deputado, vai poder, muito melhor, ser julgado por um Juiz de 1º grau, sem as tensões que o mandato confere a uma pessoa a prerrogativa, em função do cargo que ocupa, do famoso foro privilegiado, não em função da pessoa, mas do cargo. Ele, certamente, vai poder, de fato, promover a defesa em relação àquilo que aconteceu, do acidente de trânsito, enfim, de tudo aquilo que passou e que não compete que nós, neste momento, fazer um juízo de valor sobre isso.

A dor das famílias envolvidas, das três famílias, dos jovens muito jovens ainda que morreram, que partiram e que deixaram uma dor inconsolável para os seus e, claro, para família do Fernando Ribas Carli, que sofre duramente com o filho no leito do hospital. Sofre, claro, por conta de tudo aquilo que tem passado e de tudo aquilo em que obviamente, nos últimos 20 e poucos dias, vimos e assistimos por meio da mídia. O que eu quero, aqui, é resgatar aquele jovem que se sentava sempre nesta primeira fileira da Bancada da Oposição, embora pertencesse à Bancada Independente, de um jovem que participou ativamente das Comissões Permanentes desta Casa um jovem assíduo, responsável, que exerceu com dignidade o mandato parlamentar e que vai ter que enfrentar uma ação penal, mas deverá fazê-lo com tranquilidade, responder pelos seus atos.

Ao mesmo tempo, penso que esta Casa tem, sim, que reconhecer que qualquer um de nós poderá, involuntariamente, estar numa situação parecida com aquela que ele esteve, ou seja, ele foi, de fato, tragado por um acidente terrível que mudou sua vida. Ele há de ter uma família que vai poder dar apoio a ele, Deputado Plauto, e muito apoio, porque ele merece e precisa desse apoio.

Certamente pela fé, por Deus, ele há de ser guiado por um caminho em que ele mesmo possa se sair melhor, num momento tão difícil igual a este que está vivendo. Ele tem um caminho longo a ser percorrido na vida. Deus há de iluminá-lo e, certamente, há de ter um papel extremamente importante, ainda, na sociedade. Mas aqui fica, não tenham dúvida, todos os Deputados e Deputadas, a certeza de que quando convivemos com ele aqui, dele pudemos extrair o melhor possível, justamente pela serenidade, pela firmeza, pelo respeito com que sempre tratou a todos e, mesmo sendo muito jovem, já apresentava uma maturidade acima da sua idade cronológica.

Faço aqui este meu pronunciamento, no sentido que esta Casa recebe, Sr. Presidente, esta carta de renúncia a um mandato parlamentar, legitimamente conquistado por meio do voto popular, com profunda tristeza. São circunstância terríveis todas essas que estamos vivendo e que ele está vivendo. Não tenho dúvida que para ele renunciar, neste momento, deve ter sido muito duro, muito difícil. Mas a mídia e aqueles que efetivamente gostam, de fato, de transformar as pessoas como se fossem verdadeiras bestas, feras, pelo fato exclusivo de serem Parlamentares, provavelmente vão sentir-se satisfeitos, aliás, já sentem-se satisfeitos.

Todos nós aqui nesta Casa somos pessoas, temos filhos, muitos de nós temos filhos nas idades de todos que estão envolvidos, que foram envolvidos no acidente, dos jovens mortos, do Fernando, e todos sabemos o quanto nós, como pessoas, como pais, como irmãos, estamos expostos na vida a um momento, a uma fração de segundos que nos separa, efetivamente, de uma bifurcação que pode nos levar a um outro caminho. Que o caminho do Ribas Carli seja iluminado por Deus, que ele possa trilhar o bom caminho que sempre trilhou aqui nesta Casa. Que esse acidente faça com que todos nós possamos refletir.

Passa a usar o horário da Liderança do PMDB

Em um País, Sr. Presidente, onde 40% dos leitos do Sistema Único de Saúde são ocupados por pessoas, vítimas de acidentes de trânsito, em um País onde morrem 35 mil pessoas por ano em acidentes de trânsito.

Por isso que eu penso que devemos manter sempre viva nossa lembrança, do jovem Fernando Ribas Carli Filho, o convívio que ele nos deixou aqui e pelo muito, pela sua jovialidade, mas pela sua forma, na minha avaliação, extremamente íntegra de exercer este mandato da forma que se aprofundou nos estudos temáticos, principalmente na questão que envolvia a gestão urbana, que era, de fato, um tema que ele gostava de tratar aqui, nos seus pronunciamentos, e com quais, Deputado Osmar Bertoldi, muitas vezes, tanto eu como V. Exa., pudemos nos aprofundar no debate com ele sobre esse tema.

Por isso, faço esse pronunciamento no sentimento de profundo respeito pelas famílias que perderam os seus filhos, de profundo respeito pela família Ribas Carli, Deputado Plauto, a qual V. Exa. integra, e exerce nesta Casa já sucessivos mandatos com muita dignidade e como legítimo representante da Cidade de Ponta Grossa, dos Campos Gerais. Parlamentar experimentado, defensor dos bons projetos, das boas ideias. A sua família é uma família que já contribuiu muito com a sociedade paranaense. E nós todos, certamente, vamos tirar lições desse episódio. Mas, fundamentalmente, fica na nossa lembrança, na nossa memória, o convívio respeitoso, harmônico de um jovem idealista, que sempre procurou o bem e usava a política como instrumento, a arte de fazer o bem para as pessoas.

Por isso, que Deus o ilumine, ele tem um caminho duro a ser percorrido. O caminho não é fácil, os seus passos deverão ser muito certos, mas ele, até pela carta de renúncia, certamente, quando deixar o leito do hospital e puder se recuperar, vai responder a todos os processos e terá que ter muito amparo da família, de todos os amigos, de todos os seus companheiros, e sempre terá de nós, aqui, essa lembrança fraterna do convívio tão bom que ele teve com todos nós.

Eu não poderia ouvir essa carta e deixar de manifestar essa minha posição, até porque sou uma pessoa que tenho sempre posicionamentos, e nesse caso específico sempre tratamos aqui de ouvir a opinião pública, mas sobretudo também ouvir a família e o Parlamentar. Por isso que o ato de renúncia certamente é um dos atos mais difíceis que uma pessoa pode tomar na vida. Eu provavelmente não faria isso, mas ele fez e mostra inclusive a dignidade do seu caráter, da sua postura, da sua capacidade de enfrentamento de uma situação tão adversa.

Concedo um aparte ao Deputado Durval Amaral.

O Sr. Durval Amaral (DEM)

Quero cumprimentar V. Exa., Deputado Romaneli, que, não obstante, na função de Líder do Governo, se

posiciona fazendo um testemunho da atuação do Deputado Fernando Ribas Carli. Deputado, se me permite, também quero fazê-lo, quero somar-me a V. Exa.

O Deputado Ribas Carli, enquanto Parlamentar, o mais jovem da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, e quiçá o mais jovem Parlamentar do Brasil, por diversas vezes, mesmo com a sua pouca idade, se empenhou para exercer um bom mandato. Por diversas vezes, tive a oportunidade de recebê-lo em meu gabinete, onde discutimos alguns projetos de lei, algumas matérias que seriam defendidas pelo Deputado Fernando Ribas Carli, e em outros momentos até da ampla discussão que tivemos aqui no final do ano passado sobre a minirreforma tributária, discutindo, debatendo, alguns assuntos da maior importância em defesa da empresa paranaense, em defesa do emprego paranaense, dos trabalhadores do Estado do Paraná, em alguns momentos até fazendo com ele uma dobrada na discussão e no encaminhamento de algumas emendas inspiradas por ele, que me pediu, pela complexidade técnica de algumas questões relacionadas ao ICMS, para que pudesse encaminhar.

E digo que é uma fatalidade, e como pai, eu tenho filhos na idade que tem o ex-Deputado Fernando Ribas Carli, nenhum pai gostaria de vivenciar uma situação dessas, nem aqueles que perderam seus filhos, porque é uma tragédia, e nem o pai Fernando Ribas Carli, Prefeito de Guarapuava, gostaria, sua mãe, de viver uma situação destas.

Uma fatalidade aconteceu! Mas temos que ter agora muita isenção, muito equilíbrio. Isenção e equilíbrio para saber que se essa tragédia consternou a todos nós, ela nos deixa um exemplo muito forte também de caráter, de dignidade por parte do ex-Deputado Fernando Ribas Carli.

Tenho certeza que ele renuncia ao mandato - quando muitos se candidatam para buscar o foro privilegiado, que nem se coloca usualmente na imprensa - ele abre mão dessa prerrogativa de função, abre mão para responder por um homicídio, enfim, vai ser denunciado, não sabemos como será denunciado, mas o fundamental, quero dizer que até a última sexta-feira o Deputado Fernando Ribas Carli não havia sido julgado, mas já estava condenado. Penso que, a partir do momento da renúncia, ele passa a ter o sagrado direito de defesa. Claro que a dor da família é insubstituível, das três famílias, aqueles que perderam seus entes queridos, mas efetivamente todos nós aqui vivemos a comoção também do Deputado Fernando Ribas Carli, entre a vida e a morte, no hospital, como indigente, sem identificação, desde a 1h da manhã até as 9h40, e o caso, até aquele momento, tinha uma repercussão normal, como qualquer outro acidente de trânsito. Como lá em Londrina, outro dia, uma pessoa alcoolizada, trombou primeiro num veículo, alguns minutos depois trombou de frente com outro veículo, matou, inclusive, um policial do Corpo de Bombeiros, vitimou quatro pessoas, e teve a repercussão que um acidente de trânsito normal teria, mas efetivamente, em função de todas essas peculiaridades do caso, teve essa ampla repercussão.

Mas, quero dizer aqui, para finalizar e agradecendo, desde já V. Exa., que o ex-Deputado Fernando Ribas Carli, enquanto conviveu conosco como Deputado, teve sempre uma postura muito correta, muito séria, apesar de se perfilar ao lado da Oposição. Sempre teve um tratamento muito respeitoso com todos os colegas e todos os Parlamentares. E a sua renúncia, na tarde da última sexta-feira, é um homem de caráter, de personalidade, e com sentimento de querer responder pelos seus atos na Justiça comum. Esperamos que ele tenha o sagrado direito da defesa.

E espero mais, Deputado Romanelli, que esse problema, que esse acidente de trânsito possa ser efetivamente julgado pela Justiça comum, que saberá, com muita tranquilidade, com muita isenção, sem a comoção que tomou toda a sociedade até a última sexta-feira, dar uma sentença justa. E com certeza, se não pudermos escapar ou administrar a Justiça dos homens, a certeza é de que da Justiça Divina ninguém escapa. Então, temos que ter muita tranquilidade.

E para finalizar, definitivamente, Deputado Romanelli, ninguém tem o direito de transformar esse episódio que tirou a vida de dois jovens, como o Deputado Fernando Ribas Carli, num fato político. Acabou a história do fato político, porque ele não é mais Deputado. Que ninguém tente se promover a partir deste momento, que saibamos, sim respeitar a dor daqueles que se envolveram no acidente, de todos os seus familiares, mas sem tirar proveito político e sequer proveito profissional.

Tenho ouvido alguns exageros na imprensa, por parte de algumas pessoas envolvidas no caso, que falam em “carteiraço”. Ouvi algumas questões que colocam como se o Deputado usasse as suas prerrogativas para dar “carteiraço”. Se fosse assim, não teríamos praticamente 20 Deputados com a sua pontuação na carteira. Digo isso porque tenho certeza que todos nós Parlamentares temos muita consciência e ninguém sai dando carteirada nem no trânsito, nem em lugar algum. Porque se fizéssemos isso, não teríamos pontos na carteira.

Então, muita calma, muito devagar nas palavras, nas colocações, porque hoje cada Deputado da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná é muito responsável pelos seus atos, pelas suas ações e acho que isso tem que ser realçado.

E para dizer a V. Exa., não vamos politizar uma situação que só Deus, na sua infinita bondade e misericórdia, saberá confortar a dor de um pai, de uma mãe, que perdeu o seu filho, e a dor dos pais do Carli. E só Deus, na sua infinita bondade, também poderá dar perdão àqueles que tentam politizar uma situação, ou que tentam tirar proveito profissional dessa situação. Da Justiça Divina ninguém escapa. E mais, não vamos transformar a dor em vingança cega, porque a vingança efetivamente não está entre os preceitos ensinados no Sagrado Evangelho do nosso Pai Criador.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Obrigado, Deputado Durval Amaral, pelo seu aparte. Suas palavras são no sentimento de poder expressar justamente aquilo que V. Exa. sente, e por conta do que participou durante esse período todo.

Quero, Sr. Presidente, concluir esse pronunciamento, dizendo o seguinte: penso que essa comoção popular que assistimos, especialmente na Cidade de Curitiba, nas últimas semanas, que foi fundamentalmente protagonizada pela Sra. Cristiane Yared, penso que é necessário que esse movimento possa ser transformado efetivamente num grande movimento contra a impunidade. Mas, fundamentalmente, num movimento de conscientização dos jovens em relação ao que envolve a velocidade, todos os outros temas que implicam nesse tema. Penso que esse movimento tem que ser a favor da cidadania, que de fato, cada pai e cada mãe possam trabalhar melhor com seus filhos. Como disse, 40% dos leitos do sistema SUS no Brasil, são ocupados por vítimas de acidentes de trânsito. Trinta e cinco mil pessoas morrem todo ano; 140 mil ficam praticamente inválidas por conta dos acidentes de trânsito. A questão é muito grave.

O Sr. Tadeu Veneri (PT)

Me permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Acho que a Assembleia Legislativa vive um momento talvez único na sua história. É a primeira vez que temos uma renúncia neste Parlamento. É óbvio que isso traz a todos, primeiro, um sentimento de solidariedade a todas as vítimas, isso é absolutamente humano. Como V. Exa. bem lembrou e também os demais Deputados, as vítimas não podem fazer nenhum tipo de pronunciamento; aquele que pode fazer, certamente o fará no momento oportuno, como o ex-Deputado Ribas Carli, as famílias que sofrem, e todas elas sofrem. Acho que V. Exa. pegou um ponto que é fundamental. É preciso, não só em Curitiba, não só no Paraná, mas no Brasil todo, é preciso que esse seja um marco na história do Paraná.

Não é possível que continuemos perdendo vidas, perdendo nossa juventude em acidentes de trânsito. E não é possível que mães e pais chorem, como todos choram hoje, em maior ou menor grau, mas choram todos por acidentes, que muitas vezes não são acidentes, são absolutamente ações impensadas resultam em tragédias e que devem ser evitadas. É preciso que tenhamos uma efetiva ação da Polícia Militar, dos órgãos de trânsito, é preciso que, nas madrugadas, possamos controlar aqueles que naturalmente, por diversas razões, como nós todos já fizemos, não veem as suas ações, que podem causar todo esse transtorno, para que evitemos, e para que não tenhamos que chorar talvez os nossos filhos, talvez os nossos sobrinhos, talvez os nossos netos. Tenho filho, tenho neto, tenho filha, V. Exa. também. Todos nós aqui temos. E acho que hoje sabemos que o que aconteceu é uma tragédia, mas dessa tragédia temos que tirar uma lição. Nós todos somos responsáveis pelos fatos que acontecem em nossas vidas.

Obrigado, Deputado Romanelli.

O Sr. Artagão Júnior (PMDB)

Quero me manifestar, até porque muitas pessoas exigem essa participação. Não pelo aspecto político, por ser da mesma Cidade, por disputar os votos, eventualmente, com o Deputado Fernando Carli. Até porque isso deixávamos para época de eleição. As pessoas que aqui convivem, sabem muito bem do relacionamento que construí com ele. Evidente que não queremos aqui discutir o mérito, a culpa existente ou não. É uma tragédia, afetou famílias, permanentemente. Mas a vida serve para algumas lições.

Quero, se me permitir, ler duas passagens da Bíblia, uma delas que a minha mãe leu para mim no sábado à tarde. Acho que esse deve ser o sentimento do cristão em qualquer dos momentos. E depois uma mensagem de esperança. A mensagem que minha mãe leu para mim está no livro dos Provérbios, capítulo 24, dos versículos 17 em diante: *Quando cair o teu inimigo, não te alegres e não se regozije o teu coração quando ele tropeçar, para que o Senhor não veja isso e lhe desagrade e desvie dele a sua ira. Não te aflija por causa dos malfetores, nem tenhas inveja dos perversos, porque o maligno não terá bons frutos e a lâmpada dos perversos se apagará. Teme ao Senhor, filho meu, e ao Rei, e não te associe com os malfetores, sejam eles quais forem. Seja quem for o culpado, seja quem for o responsável, acho que o espírito deve ser nesse sentido.*

E no capítulo 16 de Provérbios, versículo 1, diz o seguinte: *O coração do homem pode fazer planos, mas a resposta certa dos lábios vem do Senhor.*

Acho que de toda essa tragédia, que possamos esperar em Deus a justiça de todos os fatos, e que as disputas políticas, que os interesses, sejam eles quais forem, fofocas e possibilidades de disputas futuras já estão surgindo, colocando em pessoas, talvez, vontades que elas nem tenham, que essas sejam deixadas de lado.

Quero dizer aqui, independente de todo esse processo, o meu carinho e o meu reconhecimento ao ex-Deputado Fernando Carli Filho, a minha amizade e a certeza que, apesar de toda essa tragédia, de estar envolvido em tudo isso, certamente esse não era o desejo dele. A minha solidariedade também às duas famílias que perderam membros que, certamente, jamais esquecerão. Essa dor, certamente, jamais passará, mas que eles possam buscar no nosso Criador a tranquilidade e a paz de espírito necessária para enfrentar mais essa prova na vida. Que essa, sem dúvida nenhuma, seja a nossa caminhada e o nosso desejo. Acho que essa era uma mensagem importante e bacana de ser deixada.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, concluo agradecendo os apartes, ficando aqui na nossa memória a lembrança do convívio do Fernando Ribas Carli Filho, que chamávamos de Nando, de príncipe, as formas mais carinhosas que sempre nos referíamos a ele, por conta de quem ele foi aqui nesta Casa. Ele vai seguir o seu caminho, é um calvário,

Deus há de iluminá-lo, como há de confortar as famílias que perderam os seus filhos.

Quero aqui, Deputado Plauto, concluir aquilo que é fruto do processo civilizatório, que é a capacidade de sobrevivermos aos momentos de dificuldades. Se formos olhar na história, 20 milhões de anos atrás, quando ainda não éramos nada, 2 milhões depois, quando éramos hominídeos e nos transformamos em homens e mulheres dotados de inteligência, com alma, por conta daquilo que é fundamental, conseguimos chegar até aqui sobrevivendo. A família do Fernando, a família Yared, a família Almeida, todos eles vão conseguir se restabelecer e tocar a vida.

Quero aqui, publicamente, dizer uma coisa: faz quase quatro semanas que eu vejo o Deputado Plauto, por conta de ser tio do Fernando, passar pelo que ele tem passado. Quero ver V. Exa., Deputado Plauto, não mais com seus ombros acabrunhados, com a cabeça baixa. Quero lhe ver logo naquela tribuna falando, discursando, mesmo que seja para me combater e combater ao Governo. Quero ver o Plauto Miró que todos nós conhecemos, aguerrido, defensor das suas posições, com honra, com dignidade, como V. Exa. sempre fez. Não queremos vê-lo acabrunhado, queremos vê-lo sempre exercendo esse mandato da forma que sempre fez, vigorosa, porque o povo lhe elegeu para exercer o mandato justamente com essa dignidade de que sempre foi portador.

Sr. Presidente, agradeço a generosidade do tempo, mas fica aqui esse pronunciamento da boa lembrança do convívio do nosso querido Fernando Ribas Carli Filho.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Quero cumprimentá-lo, Deputado Romanelli, bem como aqueles que o apartearam, e dizer que esta Casa, como em toda vida, passa por bons e maus momentos.

Eu, como Presidente desta Casa, quero testemunhar que esse não foi um bom momento. Pelo contrário, um péssimo momento que tivemos que passar, sempre com o apoio dos nossos companheiros Deputados. A Corregedoria, a Comissão de Ética, aqui a Mesa Executiva, aqueles Deputados mais próximos, muitas vezes lendo, vendo e ouvindo algumas bobagens, mas nos curvando com humildade, com respeito ao momento que passam as famílias envolvidas nessa tragédia. Mas, deixo patente aqui, contrariando algumas manchetes de jornais de que esta Assembleia, ou de que os Deputados pressionaram o Deputado Carli para que ele renunciasse. É uma inverdade tão grande, como posso afirmar aqui que nenhum dos Deputados, aqui presentes - a exceção do Deputado Plauto Miró - teve contato com o Deputado Fernando Ribas Carli após o acidente. Portanto, carece de verdade a informação, como disseram alguns jornais que a Assembleia pressionou o Deputado Ribas Carli para que ele renunciasse. Isso não é verdade!

Aliás, como bem disse o Deputado Romanelli, Deputado Durval, Plauto, Artagão, enquanto Deputado aqui nesta Casa, o Fernando Ribas Carli Filho nada fez

que o desabonasse. Aqui dentro portou-se como um verdadeiro Parlamentar, um verdadeiro político, um ser humano sujeito a erros e acertos, mas ninguém pode dizer que o Ribas Carli não cumpriu o seu papel como Deputado. Digo isso aqui, publicamente, porque o fiz na sexta-feira para os familiares dos jovens envolvidos nesse acidente, tanto o Sr. Yared como sua esposa, bem como o seu advogado. Assim como firmamos a nossa posição de que a sociedade não ficaria sem resposta e que esta Casa lamentaria por tudo, como continua lamentando e se solidarizando. Mas ela iria cumprir com o seu papel, sem qualquer tipo de pressão, seja da sociedade, da imprensa, de quem quer que fosse, a Assembleia iria cumprir com o seu papel, confiando no seu Corregedor que estava trabalhando, confiando na Comissão de Ética, na Mesa Executiva e nos 53 Parlamentares que aqui têm assento nesta Casa.

Portanto, damos por encerrada esta questão da renúncia, nos preparando para, o mais rápido possível, convocarmos o seu suplente e deixando patente que o ex-Deputado Luiz Fernando Ribas Carli Filho, como Deputado, exerceu o seu mandato na sua plenitude e não envergonhou esta Casa.

Lamentamos esse incidente, nos solidarizamos com as famílias envolvidas e pedimos que a justiça dos homens e a justiça de Deus seja cumprida.

Passo a palavra ao Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputados, senhoras da imprensa, TV SINAL.

Há pouco peguei aqui, do Fábio Campana, no seu blog, uma matéria muito interessante sobre os aposentados do Brasil.

É impressionante que o nosso Brasil já tem 14% da sua população aposentada. Só pelo INSS são 26 milhões e meio de brasileiros aposentados. Fora aqueles que têm previdência privada.

O que está dizendo a matéria sobre a queda no poder aquisitivo dos aposentados?

O Sindicato Nacional dos Aposentados está se dispondo a levantar 1 milhão de assinaturas para entrar com 1 milhão de ações na Justiça, para garantir o poder aquisitivo dos aposentados. Acho que quase todo mundo sabe que o Governo assalta o bolso do aposentado. Isso vem de muitos anos, não é coisa deste momento. O cidadão se aposenta com três salários-mínimos, daqui a pouco cai para 2,9 salários-mínimos, dali a pouco para 2,8 salários-mínimos. E vai diminuindo. Cada vez ele vai comprar menos com o dinheiro da aposentadoria. É a queda do seu poder de compra.

É um absurdo! É desumano o que o Ministério da Previdência Social faz contra os aposentados. Tomara que a Justiça faça valer o direito. O cidadão que se aposentou com quatro salários-mínimos, que jamais ele tenha alguém metendo a mão na sua aposentadoria, que ele continue com o seu mesmo poder de compra.

(Lê e-mail de Paulo Roberto, falando a respeito de emendas inconstitucionais, sobre o aumento da licença-maternidade de seis meses para funcionárias públicas, sobre o Regimento Interno da Assembleia, sobre a preocupação dos Deputados com a mídia).

Parabéns, Paulo Roberto. É aquilo que eu digo, o e-mail pode ser de elogio a nós, mas também de crítica, e às vezes, de sugestão. Por isso tem nosso endereço embaixo. Todas as cidadãs e cidadãos podem mandar e-mail, inclusive para nos criticar ou fazer observações sobre o trabalho desta Casa.

(Lê e-mail de Alves Gonçalves, falando sobre o aumento de 6% ao funcionalismo, se terá efeito retroativo).

Um apelo ao Governador Roberto Requião, não foi pago o aumento de 6% de aumento, que é uma porcaria de aumento, é uma insignificância, é uma humilhação ao servidor público. A alegação é a de que não deu tempo de fazer a folha. Com o computador, hoje, se faz a folha em 15 minutos, meia hora. Isso é conversa para boi dormir, dizer que não pagou os 6% porque não deu tempo de fazer a folha. Agora há um questionamento para pagar no mês de junho os 6% que não foram pagos em maio. Então, nosso apelo ao Governador Roberto Requião.

(Lê e-mail de Wilson, representante da Associação Mundial Antitabagista, sobre o projeto de lei proibindo fumar em locais fechados).

Proibir de fumar em local fechado: prédio de Assembleia, de Palácio, de escola, de hospital, de loja, de shopping center, de repartição pública. Se quer fumar, vai fumar ao ar livre e não em local fechado, nem em restaurante, porque coloca uma mesa para o cidadão que fuma e ao lado a mesa para quem não fuma, que vai tragar a fumaça do fumante. Então, o nosso projeto, se aprovado, vai proibir fumar em qualquer local fechado.

Temos aqui o e-mail do Anderson: *Deputado Belinati, queria dar uma sugestão em relação à emenda que o senhor colocou em pauta sobre estágio obrigatório. Em vez de acabar com o probatório, você poderia diminuir o tempo e propor direitos iguais aos novos servidores em relação ao Plano de Carreira. Por que um novo servidor não pode protocolar um diploma enquanto estiver em probatório? E porque não pode nem prestar um concurso interno durante 7 anos de casa? Isso é uma vergonha!* Está certo o Anderson, de Londrina. É uma boa sugestão para esta Casa, que é a Casa do Povo.

A Ana paula Cordeiro diz: *Belinati, gostaria de poder descrever o quanto estou grata pelo que fez por mim...* É obrigação nossa trabalhar pelo povo.

O Sérgio Manabi, de Londrina, manda e-mail apoiando a emenda que apresentamos a um projeto sobre o acesso de agentes universitários à carreira de professor nas universidades. Apresentamos essa emenda atendendo sugestão de professores da universidade de Londrina.

E temos aqui um e-mail de um policial. Este é para a Bancada do Governo e para o Requião responder: *Belinati, gostaria de saber o dia em que será discutido o aumento*

para os militares. Na sua opinião, dá para termos esperança de um salário justo? O Governo vai cumprir o que está escrito em nossa Constituição com relação a nós, com relação ao soldo do PM, ou teremos que esperar a chegada de um outro Governo? Olha, na minha intuição, não sou profeta, não sou astrólogo, não sou adivinho e tenho a impressão de que agora, neste Governo, os militares vão continuar com o seu soldo menor do que o salário-mínimo. É evidente que gratificação não conta para aposentadoria, então o ideal seria que o soldo dos policiais fosse acima do salário-mínimo, como diz a Constituição.

Presidente Nelson Justus, há um mês tomou posse o Prefeito eleito de Londrina, e hoje está completando um mês que tomou posse. Ele está administrando com entusiasmo, com alegria, está restabelecendo a confiança do povo de Londrina, porque a Cidade andava abatida, caída com o astral muito baixo. Então queremos, nesta oportunidade, enaltecer esse primeiro mês.

Recebi um amplo relatório das atividades do Barbosa Neto, que são muitas neste primeiro mandato. Temos aqui: *Barbosa Neto anuncia economia de R\$ 4 milhões na Prefeitura*. Isso é bom, porque se não economizar, não adianta arrecadar, porque se gastar mais do que arrecada, porque se gastar mais do que arrecada, a Prefeitura quebra. Uma outra medida, o Prefeito tinha um carro cedido pela SERCOMTEL e ele fez a devolução. Essa foi uma medida que pegou muito bem. Também o Barbosa Neto, neste primeiro mês, reduziu o número de cargos comissionados dentro do seu projeto de fazer economia. Uma outra medida administrativa anunciada por Barbosa foi o decreto convocando os servidores que estão prestando serviço em algum outro órgão, para que retornem ao trabalho na Prefeitura. Ele anunciou também a designação do Vereador Joel Garcia para seu líder na Câmara Municipal. E uma coisa boa, dentro do projeto do Barbosa de economizar, foi reduzir os salários de comissionados da CMTU, inclusive da diretoria. Essa foi uma coisa boa. Isso é antipático, o pessoal fica chateado, fica bravo, mas ele teve pulso e temos que apoiar essa medida.

O Barbosa Neto, já neste primeiro mês, lançou o Programa de Recuperação Fiscal. Entre as medidas previstas estão o perdão da dívida de contribuintes de Londrina. Quem deve até R\$ 150 vai ter a dívida perdoada, e também as dívidas lançadas até 2006.

O Barbosa já anunciou, nesse primeiro mês, que Londrina ganhou rotas áreas para Manaus, para Foz, para o Rio de Janeiro, e está em gestão também para aumentar a pista do aeroporto de Londrina.

Lançou um programa criando vantagens para as micro e pequenas empresas, o Barbosa Neto apresentou o Estatuto Municipal da Micro e Pequena Empresa, que isenta da taxa de abertura a micro e pequena empresa de Londrina.

O Barbosa Neto recebeu o Ministro Reinhold Stephanes, também o intermediou empréstimo para recicladores, mostrando que é um programa social muito importante, dar apoio aos recicladores. Também na área

ambiental, lançou um pacote com medidas ambientais, mostrando a sua preocupação com o meio ambiente. Aí também um projeto adequando Londrina para o Projeto Minha Casa, Minha Vida, que é para tirar famílias do aluguel. Também ele pagou à vista 1 milhão e meio para os servidores, como fruto do aumento salarial de 2,9%. Então, o Barbosa já tomou uma medida simpática para com os servidores da Prefeitura.

Criou o “Fale com o Prefeito”, o que já está atendendo a população. Isso é bom, porque o Prefeito não pode ficar no cargo distante da população. Importante é o Prefeito estar sempre em contato com a população. E também agora o Barbosa está anunciando que colocou Londrina na disputa pela Farmácia Escola Popular.

O Barbosa anunciou que a Prefeitura e a UEL vão apresentar projeto para obter programa do Governo Federal. E a meia entrada, o Prefeito Barbosa Neto sancionou um projeto de lei que estabelece o direito aos professores da rede pública e particular de Londrina. Eles vão pagar agora meia entrada nas casas de diversões, praças esportivas e outros eventos. E o Prefeito divulgou várias medidas para a modernização de sua gestão. Também visitou a Integrada Cooperativa Agroindustrial, recebeu integrantes da Polícia Militar, fez debate sobre o PRONAF, com a Região Metropolitana.

Empresários de Córdoba, através do Barbosa, estão estreitando os laços com Londrina, são da Argentina. É importante para a economia de Londrina. E também, num gesto de respeito, recebeu a visita da diretoria da Associação dos Aposentados.

Então, Londrina está vivendo um bom momento. Parabéns ao Barbosa, que Deus ilumine a sua família, sua equipe de trabalho. Quando o Prefeito vai bem, toda a Cidade se beneficia; quando o Prefeito está na contramão da história, está administrando para lá o povo está indo para o outro lado, a população paga um preço muito caro.

Então, fico feliz, apoiamos o Barbosa e desejamos a ele muito sucesso nesse esforço de fazer o melhor pela Cidade e dar Londrina um ritmo de crescimento, de desenvolvimento que a Cidade de Londrina é merecedora. Que Deus abençoe o trabalho dele, do Vice-Prefeito, dos Secretários, assessores, dos servidores municipais e também da Administração Indireta.

A alegria de poder, hoje, celebrar o primeiro mês da administração Barbosa Neto na Cidade que tem a maior população de todo interior do Sul do País, a nossa querida Londrina.

Recebo o ofício do Presidente da Federação dos Trabalhadores em empresas enquadradas no terceiro grupo do comércio e empregados em empresa prestadoras de serviço no Estado do Paraná, assinado pelo Presidente João Soares. É sobre a idéia do Governador Roberto Requião de acabar com o emprego dos 6 mil e 500 vigilantes que guardam os prédios onde tem alguma repartição pública funcionando, que estão vinculados, em termos trabalhistas, a empresas que foram contratadas pelo Governo do Paraná. E o Governador Roberto Requião, num ato infeliz, quer

romper o contrato com essas empresas e quer chamar de volta, para prestar serviços nessas instituições públicas, os policiais da reserva remunerada. A ideia de trazer de volta os policiais é boa, mas esses policiais, até pela experiência que têm, deveriam trabalhar internamente na Polícia Militar, ou se somando aos policiais da ativa e indo para as ruas combater os bandidos, os assassinos, os estupradores, os golpistas, para restabelecer o grau de segurança que cada paranaense tem direito. Porque ninguém pode negar, o Paraná vive sob o efeito de uma forte onda de violência, um clima de insegurança, de medo, de pavor, de comerciantes, de agricultores, de gente simples que tem a carteira roubada, é loja assaltada, é carro roubado, todo tipo de crime, de violência. Para que tirar o emprego dos vigilantes nesta crise que o mundo está atravessando? Esses 6 mil e 500 vigilantes, certamente não vão conseguir outro trabalho.

Governador Roberto Requião, pelo amor de Deus, deixe os vigilantes continuarem onde estão trabalhando. Para que demitir essa gente?

Então, nosso trabalho aqui é defender os vigilantes. Temos aqui apoio do promotor público Joel Coimbra, que já foi Parlamentar nesta Casa, que diz o seguinte: *Deputado Belinati, o Governador Roberto Requião não gosta mesmo dos nossos vigilantes. Em 1994 ele tirou os vigilantes do BANESTADO e colocou a Polícia Militar. Lembra-se? Na época, estava na Promotoria Pública em Maringá e, atendendo o pedido do Sindicato dos Vigilantes daqui, ingressei com a ação civil pública, o Juiz deu a liminar e mandou retirar imediatamente a Polícia Militar de todas as agências bancárias. Houve uma decisão judicial para retirar os policiais do BANESTADO e deixar ali os vigilantes. Sabe o que ele fez? Em represália, tirou também os policiais que faziam a segurança do Fórum de Maringá. Ironicamente, no mesmo dia, um cabo eleitoral dele matou a mulher dentro do Fórum, sendo preso em flagrante não pela Polícia, mas pelos populares.*

É lógico que os policiais militares aposentados são pessoas com grande experiência e poderiam prestar grande colaboração, mas neste momento de crise e desemprego, dar o segundo emprego a policiais aposentados, a custa do desemprego dos vigilantes, é contrariar os artigos 3º e 4º da Constituição Federal, que diz ser objetivo do Estado Brasileiro reduzir as desigualdades sociais.

Então, Sr. Presidente, vamos continuar ocupando esta tribuna para defender a garantia de empregos para os vigilantes do nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Pela Ordem, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Sr. Presidente, hoje pela manhã, ao folhear a Ordem do Dia, me deparei com um projeto de lei de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, declarando de utilidade pública o Lar São Vicente de Paulo, de Arapongas. Puxei pela memória e me lembro que, quando ainda era

Prefeito de Arapongas, no meu primeiro mandato, na década de 70, tinha feito essa solicitação ao Deputado José Muggiati Filho, daquele Município, que apresentou, aqui nesta Casa, esse projeto. Pois bem, já tenho em mãos a decisão de V. Exa., que acaba de chegar agora, porque como já falei, memorizando, fui atrás da verificação desse assunto.

Sr. Presidente, agradeço a pronta atuação de V. Exa. para fazer a retirada deste projeto de lei, mas fica uma avaliação para ver como somos, muitas vezes, falhos naquilo que podemos fazer. Como pode uma lei já existente ter caminhado pelas comissões e ter chegado ao Plenário para ser votada, novamente? Então, quero render a minha homenagem à pronta atuação dos funcionários que, alertados por mim, foram fazer essa verificação.

Quero lembrar, também, da passagem por esta Casa do Deputado José Muggiati Filho que, durante muitos anos, caminhou junto comigo em defesa, no nosso entendimento, das coisas do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Cabe a questão de ordem de V. Exa e já está devidamente arquivado.

Com a palavra o Sr. Deputado Professor Lemos.

Deputado Professor Lemos (PT)

O SR. PROFESSOR LEMOS

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Deputado André Vargas que nos visita nesta Sessão, ex-Prefeito de Toledo, Sr. Albino Corazza, ex-Vereador de Toledo, o Apolinário, nossos visitantes, telespectadores da TV SINAL.

O que me traz a esta tribuna é o Movimento das Comunidades dos Surdos do Paraná, que, hoje fizeram uma caminhada por Curitiba, reunindo milhares de pessoas, chamando a atenção das autoridades para a importância da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. Não é uma linguagem, é uma língua que tem que ser ensinada em todas as escolas, nas universidades. Uma língua que tem que ser respeitada. As reivindicações foram entregues na Prefeitura de Curitiba, simbolizando o Poder Público Municipal de todo Estado. O documento foi entregue, também, no Palácio das Araucárias, ao Governo do Estado e, também, foi entregue ao Deputado Professor Lemos, que esteve participando dessa caminhada. E fiquei com a tarefa de trazer esse documento, entregar ao Presidente da Assembleia, e distribuir a todos os Deputados e Deputadas desta Casa. Esse documento traz reivindicações: primeiro, o direito à comunicação e ao ensino de LIBRAS nas escolas; o ensino de português como segunda língua, com processos avaliativos que respeitem a nossa diferença linguística; educação bilíngue em todas as escolas de educação básica frequentadas por alunos surdos; concurso público e a contratação imediata de professores surdos para atuarem nas escolas; inclusão

da disciplina de LIBRAS nos cursos de formação de professores nas universidades públicas e privadas, ministradas preferencialmente por professores surdos; intérpretes de LIBRAS e profissionais capacitados para a comunicação com surdos nos serviços públicos e locais de trabalho dos surdos, com destaque à escola.

Um movimento importante, organizado pela Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos, Escritório Regional do Paraná, que teve o apoio de várias entidades, entre as quais a APP, que é o Sindicato dos Trabalhadores da Educação do Paraná. Estivemos lá e sabemos da importância de respeitar a pessoa surda, da importância de ter em todas as escolas o intérprete, de ter nas escolas também o professor surdo, que tem mais condição de fazer a aprendizagem acontecer do que aquele professor que é ouvinte e que faz curso de LIBRAS.

Então, apoiamos a Federação, a comunidade dos surdos e estamos apresentando aqui também, nos próximos dias, projetos de lei que possam melhorar a condição do estudante surdo na escola e do professor surdo, também na escola.

Queremos registrar a importância desse movimento e convidar todos os Deputados para se engajarem em defesa dessas reivindicações, fiscalizando e também propondo projetos que possam responder às reivindicações aqui colocadas.

Quero também registrar que, em Cascavel, foi inaugurada, no dia 28, a empresa aérea Sol, que vai tirar do isolamento vários Municípios que não tinham, até o dia 28, linha aérea e agora têm. E enaltecer o Marco Solano, empresário que já tem investimento em Cascavel na área da Saúde, na área da comunicação e que agora presenteia o nosso Estado, a nossa Região Oeste do Paraná com essa empresa aérea. Também no dia 29, tivemos a poses da Associação Comercial e Industrial de Cascavel, onde o Marcos Teixeira assumiu o compromisso com a direção e os conselhos da Associação Comercial e Industrial de Cascavel, recebeu das mãos do Valdinei Antônio da Silva a tarefa de, por dois anos, comandar a Associação Comercial e Industrial de Cascavel. Essa entidade que faz a diferença para Cascavel, para o Oeste e para o Paraná.

Então, registrar também, aqui, a importante formação ocorrida no dia 29, em Beltrão, durante a 8ª Jornada de Agroecologia, da primeira turma de tecnólogos em agroecologia, formados pela Escola Latino-Americana, em convênio com o Instituto Federal de Educação do Paraná.

Parabéns à Via Campesina, à FETRAF e ao Fórum Regional de Defesa da Agricultura Familiar.

Então, está registrado aqui e voltamos em outro momento, em que tivermos um tempo um pouco maior, para tratarmos desses temas que são importantes para a população do Paraná e do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra, no Pequeno Expediente, Deputado Péricles de Mello.

Deputado Péricles de Mello (PT)

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Subo à tribuna no Pequeno Expediente, para trazer ao Plenário a preocupação com o projeto encaminhado pelo nosso Governador Roberto Requião, à Assembleia Legislativa, uma mensagem, Projeto de Lei nº 244/09, de maio de 2009, que autoriza o Poder Público a chamar policiais militares da reserva remunerada para guarda de sedes administrativas e para funções administrativas de natureza estritamente militar.

Fomos procurados pela Federação dos Trabalhadores em empresas enquadradas no terceiro grupo de comércio e empregados em empresas prestadoras de serviço no Estado do Paraná - FETRAVISP, João Soares, que é um militante do partido, companheiro, o PT tem uma ligação histórica com o Sindicato dos Vigilantes, eu mesmo como militante partidário ajudei a fundar o Sindicato de Vigias e Vigilantes de Ponta Grossa, em 1983, foi um dos primeiros sindicatos do interior do Estado, tenho muita honra disso, e a Federação traz uma preocupação, pela carta que nos remete, que deve ser entregue também a outros Deputados.

(Lê):

A FETRAVISP, composta pelos Sindicatos dos Vigilantes de Curitiba e Região, Londrina Maringá, Cascavel, Ponta Grossa, Pato Branco e Umuarama, vem, através deste, manifestar o total repúdio à Mensagem nº 030/09, enviada pelo Exmo. Governador Roberto Requião para esta Casa em 20 de maio próximo-pasado, pelos seguintes motivos:

Pretende o Exmo. Governador, com tal mensagem, obter autorização desta Casa para “chamar policiais militares de reserva remunerada para a guarda de sedes administrativas e funções administrativas”, justificando-se no fato de que tais policiais militares “trazem em seu histórico a experiência e maturidade necessárias para colaborar com os serviços e manter a ordem pública”.

Ocorre que a aprovação de tal anteprojeto de lei ocasionará o desemprego de aproximadamente 6 mil e 500 vigilantes que prestam serviços nas Secretarias de Governo, Departamentos da Administração Pública Estadual, escolas, postos de saúde, hospitais públicos e outros.

Essa atitude agride sobremaneira a categoria, que se verá com um contingente absurdo de desempregados, com chances mínimas de serem reabsorvidos pelo mercado de trabalho, principalmente se considerada a atual crise por que passa todo o mundo.

Há ainda que se ressaltar que o referido anteprojeto viola os princípios constitucionais administrativos da moralidade e eficiência constantes do caput do artigo 37 da CF/88, à obrigatoriedade de realização de concurso público para investidura em cargo ou emprego público e à realização de licitação para a contratação de serviços públicos, constantes dos incisos II e XXI do mesmo artigo 37; há ainda afronta direta ao princípio da

razoabilidade expressamente previsto no caput do artigo 27 da Constituição do Estado do Paraná, ao artigo 48 também da Constituição Estadual, assim como aos artigos 160 e 161 do Código da Polícia Militar deste Estado.

Diante do exposto, solicito apoio de todos os membros desta respeitável Casa de Leis para a rejeição deste anteprojeto danoso aos profissionais de segurança privada do Estado do Paraná, assim como à sociedade em geral.

Sem mais e manifestando meus préstimos pelos integrantes desta Casa.

(a) **JOÃO SOARES**

Presidente

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o PT é o partido da base aliada do Governador, participa do Governo, e achamos que esse projeto merece uma discussão profunda desta Casa. Conversamos hoje com o sindicato e vamos convocar uma Audiência Pública. Aproveito para convidar o Deputado Mauro Moraes, que é Presidente da Comissão de Segurança, que nós podíamos, a Bancada do PT, o Deputado Mauro Moraes e outras bancadas de partidos, fazer uma grande Audiência, convocando os vigias e vigilantes, o Líder do Governo, Deputado Romanelli, e também o Secretário da Segurança Pública, ou o representante do Secretário, para que possamos aprofundar o debate sobre esse projeto de lei, porque a preocupação que traz o Sindicato dos Vigilantes é profunda e merece uma análise rigorosa desta Casa de Leis.

Nós pedimos, então, e solicitamos ao Líder do Governo, inclusive, que possamos juntos fazer essa Audiência totalmente aberta. A questão é grave. Acho que a Segurança Pública no Paraná passa por momentos difíceis, merece a preocupação do Governo e temos várias alternativas. Eu mesmo apresentei um projeto, está parado nesta Casa de Leis, na Assembleia, que estabelece um estímulo operacional. Esse projeto nasceu de um debate com a Polícia Militar.

Muitos policiais militares, no horário de folga, acabam trabalhando em empresas clandestinas de vigilância, e acho que o Governo teria muita agilidade em poder pagar uma espécie de hora extra nos momentos necessários para esses policiais. Isso é uma coisa. É diferente de chamar policiais da reserva para exercer funções que atualmente são exercidas por trabalhadores. E os vigilantes se preocupam também com empresas como a SANEPAR, a COPEL. Fui diretor da SANEPAR e sei que lá existe contrato terceirizado para vigilância, e realmente é uma questão que merece um debate profundo.

Tenho certeza que o Governador, que sempre respeitou a categoria dos vigilantes, na última greve em Curitiba falei pessoalmente com o Governador e em função dessa conversa ele determinou que a Secretaria da Segurança tivesse uma postura imparcial com relação à greve, porque a Secretaria estava colocando os policiais militares para proteger os caminhões. E o Governador, na minha frente, conversou com o Secretário, mandou suspender esse ato, conversou com o João Soares, abriu a TV Educativa para que pudesse fazer um

debate transparente na questão que incluía os vigilantes. Pela tradição do Governo inclusive, devemos, como bancada de apoio ao Governo, fazer uma Audiência com o sindicato, com a Secretaria da Segurança, baixar uma posição que não traga desemprego, de forma alguma, para a categoria dos vigilantes, e que possa melhorar a situação da Segurança Pública no Estado do Paraná.

Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra, ainda no Pequeno Expediente, Deputado Neivo Beraldin.

Deputado Neivo Beraldin (PDT)

O SR. NEIVO BERALDIN

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Subo à tribuna nesta tarde para fazer menção aos nossos taxistas, nossos trabalhadores do volante de Curitiba, Região Metropolitana e no Paraná. Todos nós sabemos a apreensão que têm as famílias quando um profissional do volante sai de casa para ganhar o seu sustento.

Todos sabemos que o taxista é um profissional que ganha a sua vida, sustenta os seus filhos, a sua família com muito esforço mesmo, porque não é dado a ele grandes valores em termos de dinheiro pelo trabalho que exerce: todos sabemos que o taxista representa muito como agente divulgados do nosso Município de Curitiba, da nossa Região Metropolitana e do nosso Estado do Paraná.

O taxista é aquele que vende a boa imagem do nosso Estado. Mas é o taxista que se vê sempre inseguro ao andar nas ruas, ao buscar o passageiro, ao entregar, sempre com medo de ser assaltado, roubado, ou até mesmo de perder a sua vida. E exatamente na semana, passada, de quinta para sexta-feira à noite, lá se foi mais um trabalhador do volante do táxi da nossa Capital: Alex Paraniski, profissional do volante, enlutou os taxistas de Curitiba, a sua família. E nós aqui queremos prestar a nossa solidariedade a esse irmão que militava e trabalhava com a placa 1496 da Teletaxi. Os taxistas se reuniram, fizeram passeata, fizeram a sua manifestação no sentido de que tivéssemos mais Segurança Pública para atender aos nossos irmãos que trabalham à noite, ganhando, à duras penas, o seu sustento.

Precisamos aumentar a Segurança Pública, ampliar o efetivo da Polícia, amparar melhor esses que trabalham como profissionais do volante, do táxi da nossa grande Curitiba e do Estado do Paraná.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, convido os senhores para refletirem sobre a importância que têm os profissionais do volante, do táxi, deste nosso Estado. E à família do Alex Palaniski o nosso mais profundo pesar e a certeza que os profissionais do volante, do táxi, em Curitiba, terão aqui a nossa solidariedade, porque entendemos e compreendemos a sua importância no dia a dia.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra, ainda no Pequeno Expediente, o Deputado Jonas Guimarães.

Deputado Jonas Guimarães (PMDB)

O SR. JONAS GUIMARÃES

Sr. Presidente, demais membros da Mesa.

Ocupo esta tribuna nesta tarde, para dizer da satisfação de ter tido a oportunidade de fazer parte daquele grande congresso que aconteceu na Capital do Paraná, em Belém, onde foi tratado de um tema muito importante, que é a Saúde Pública do nosso Brasil.

Foi de suma importância, porque lá nos encontramos com Deputados de todo o Brasil, de todos os Estados da nossa Federação. Lógico que cada Estado com característica diferentes. Lá tivemos oportunidades de interagir, conversarmos, traçarmos ideias sobre o comportamento de cada Estado, sobre as prerrogativas daquilo que precisamos, como Parlamentares, defender os interesses, cada um de nós que participamos do Poder Público, dos nossos Estados.

Lógico que não foi só discutido o tema da Saúde Pública do Brasil, mas também sobre o meio ambiente, sobre muitos outros temas que interessam a todos nós e que precisamos debater nesta Casa, em todos os Estados, sobre aquilo que está tramitando no Congresso Nacional, principalmente sobre o meio ambiente, que até o final do ano estarão aprovando, para serem colocadas em prática as leis sobre o nosso meio ambiente.

É de suma importância que possamos discutir isso ao pé da letra, que como já disse, cada Estado tem a sua característica diferente um do outro. Por isso, precisamos então, conversar, discutir, debater para que possamos então, amanhã, aprovar a lei de uma forma que vem ao encontro do interesse de toda a nossa população, do nosso querido Estado dos Paraná e aos demais Estados.

Dizer da satisfação de ter estado com os companheiros Rosane Ferreira, Artagão, Ademir Bier, Francisco Bühner, Strapasson, fazendo essa viagem. Foi com muita alegria que estivemos naquele Estado e pudemos aprender muito através dos debates. Também estive lá conosco o nosso Governador Requião, o Vice-Governador Pessuti, também ministrando palestras e foi de suma importância para todos nós.

Queria deixar aqui, para conhecimento de todos, da nossa falta, de não estarmos participando aqui na Assembleia das Sessões de terça, quarta e quinta-feira.

Obrigado.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Passa-se ao Grande Expediente.

Com a palavra o Deputado Stephanes Júnior.

Deputado Stephanes Júnior (PMDB)

O SR. STEPHANES JÚNIOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Hoje o tema que me traz à tribuna é muito discutido atualmente, que ontem esteve na televisão, hoje está em todas as rádios. Todos viram a declaração do Secretário da Segurança, Luiz Fernando Delazari, quando ele disse que iria apreender, mandar um policial à casa das pessoas para buscar as habilitações que já estão suspensas e que não foram entregues no DETRAN. Até ele ter falado, achei muito interessante, porque faz com que as pessoas se mexam e é realmente importante que as pessoas devolvam a carteira quando estão suspensas e façam o curso de reciclagem. Mas achei que era uma brincadeira, porque o estado de direito não permite que ninguém faça busca e apreensão na casa das pessoas sem o mandado judicial. Você tem que ter uma autorização do Juiz para ir na casa das pessoas por qualquer razão, por qualquer infração.

E mais do que isso, vi na Rede Globo a exibição, ontem a noite, domingo, o Vereador de Curitiba, Denilson Pires, que foi sábado à noite, visitado por duas viaturas da Polícia, que ficaram lá mais de uma hora e meia. Bateram, ele estava jantando com a esposa, com a cunhada, uma neta de dois anos, um filho de quatro e um de seis anos. E pediram a carteira dele, sendo filmado isso, que também não poderia ser, é um constrangimento, uma coisa ilegal. Ele não estava com a carteira, falou que não estava e deram voz de prisão para ele. Daí ele falou: “Mas eu não estou com a carteira mesmo.” A carteira ele tinha deixado no carro, o motorista tinha ido para casa com o carro. Ou seja, primeiro é ilegal, é imoral. Esperaram uma hora e meia até vir o motorista com a carteira para entregar, para não levá-lo preso, quando ninguém pode ser tratado desta forma. Ninguém. A lei não permite.

Falei com um Desembargador, com Juízes, com promotor, com advogados, com especialistas em trânsito, e isso é uma coisa ilegal. Achei que era uma retórica até interessante, porque faz com que as pessoas se mexam para entregar a carteira. Na hora que alguém não cumpre a lei, não tem mandado judicial, vai na casa das pessoas, isso é um crime que estão fazendo! E mais do que isso, ele usou essa atitude para perseguir um adversário político, porque o Denilson Pires é um Vereador do Democratas, que sempre critica o Governo do Requião e a Segurança em Curitiba.

Então, ele pegou uma situação que já era complicada para perseguir um adversário político. O que ele fez é uma barbaridade. E é ruim, porque eu sou do PMDB e tenho que falar isso na tribuna. Depois os membros do Governo acham ruim. Mas é que não se pode fazer isto! Estamos num estado democrático de direito!

O Waldyr Pugliesi, que sempre fala aqui que lutou tanto pela liberdade, está não é hora de fazer isto com

ninguém! Perseguir alguém já é crime, ir na casa de alguém, sem mandado judicial, fazer busca e apreensão, não pode. Ou seja, se cumpre a lei. E ainda o Secretário da Segurança não cumpre a lei! Quem ele pensa que é? É ruim eu ter que falar assim, mas não posso me omitir.

A maneira como os pontos foram conseguidos, aquela jornalista de Londrina, Roseane de Freitas, não sei se ela comprou, se ela ganhou na loteria, se foi uma mensagem divina que informou a ela os pontos da carteira do Denilson, ou de qualquer outra pessoa, porque foi de maneira ilegal, imoral, que foi conseguido os pontos, porque nem a CNH e nem, o CPF de ninguém está à disposição. Ou se comprou, ou se usou qualquer outro tipo de coisa para conseguir as informações. E ainda se faz um constrangimento desta forma, de ir à casa das pessoas sábado, às 8h da noite. Inclusive quando se tem mandado judicial, o Juiz só pode mandar executar o mandado até às 6h da tarde, e depois só às 6h da manhã. Leva a televisão para filmar. Isso vai gerar o quê? Vai gerar uma indenização, onde o Denilson vai na Justiça e vai pedir para ser indenizado pelo Estado. Vai ficar um passivo para os próximos Governadores pagarem não sei de quantos mil reais ou milhões de reais, mas é uma vergonha, só gera passivo, só gera encrenca, não se cumpre a lei, se faz demagogia, não sei se é candidato, só fez para aparecer. Não podem ser assim as coisas.

Só lamento de ser eu, que sou do PMDB, vir aqui e colocar os pingos nos is. Mas alguém tinha que falar. Não sei se meus colegas concordam, se a população que está nos assistindo concorda.

A retórica foi boa para se movimentarem para entregar a carteira, mas na hora que você não cumpre a lei e vai fazer, é diferente. Ainda mais um jornalista perseguir alguém, e foi o que aconteceu. “É meu adversário político, é nele que eu vou!” Sábado à noite é o dia que mas acontecem ocorrências em Curitiba. Você botou duas viaturas na casa do Vereador, paradas a noite toda, esperando a carteira de motorista que não estava com ele, senão iriam levá-lo preso.

Acontecendo crimes na Cidade, assaltos, sequestros relâmpagos e tantas outras coisas, e duas viaturas paradas enquanto não resolvesse o assunto. Temos coisas mais importantes, mais sérias para serem resolvidas dentro da lei.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Convenhamos que a medida, seja boa ou má é tardia.

Horário das Lideranças:

Passo ao Horário das Lideranças.

PDT, PMDB, com a palavra o Deputado Luiz Eduardo Cheida.

Liderança do PMDB: Deputado Luiz Eduardo Cheida

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

O mundo começa a comemorar hoje a semana do meio ambiente, posto que no próximo dia 5 de junho vamos comemorar o Dia Mundial do Meio Ambiente.

Talvez em mais de duas centenas de Países espalhados pelo mundo, não há quem hoje possa, em sã consciência, ignorar a questão ambiental, que é talvez o dilema que a humanidade enfrenta. Naquela de “deciframe ou te devoro”, como na mitologia grega, as medusas diziam aos transeuntes.

É preciso que decifremos alguns enigmas na área ambiental, se quisermos ter um futuro viável, a resposta para um futuro de boa qualidade. Até porque a questão ambiental já se torna quase que consensual. É, antes de qualquer coisa, uma questão social; não é um dilema técnico, biológico do que fazer com a natureza, do que fazer com o meio ambiente. Mas sim, qual é a relação que nós, seres humanos, temos com esse maio ambiente e de que forma recebemos esses impactos.

É óbvio que a viabilidade de um futuro está na resolução desses impasses, por exemplo, de como crescer sem destruir, de como punir quem faz o errado, mas também saber bonificar quem faz o certo. Impasses como por exemplo, de que forma podemos manter o meio ambiente harmônico. Naturalmente esses impasses, Sr. Presidente, não se resolvem apenas com leis, mas está claro que se não impusermos limites à gula, à sede, muitas vezes predatória, que destrói o meio ambiente do qual somos feitos, não há solução possível.

Por isso a Assembleia Legislativa do Paraná, junto com outros Parlamentares brasileiros, da América Latina e do mundo, tem um papel preponderante nessa questão.

Gostaria de destacar duas questões pontualmente muito importantes: a primeira delas é uma Audiência Pública realizada hoje, chamada pelo nobre Deputado Elton Welter, onde se discutiu um problema sobejamente conhecido aqui no Paraná, que é a questão das araucárias, da nossa floresta umbrofilamista, (sic) nossa floresta de araucárias. Para esse Plenário vieram Deputados, como a Deputada Rosane Ferreira, os Deputados Pedro Ivo, Péricles de Mello, Deputada Luciana Rafagnin e outros Deputados que aqui estiveram, Deputados Federais e outras pessoas, atestando a importância deste tema.

Segundo, Sr. Presidente, o trabalho dos Parlamentares, no sentido de tentarem, nestes praticamente dois anos e meio desta legislatura, colocarem as questões ambientais de forma bastante inovadora. Destaco algumas iniciativas de lei desta Casa, que são fundamentais, e muitas delas pioneiras na questão ambiental, como por exemplo, a grande discussão - e a Assembleia Legislativa já tem três projetos neste sentido - do pagamento por serviços ambientais. Ou seja, considerar que o agricultor que deixa sua reserva legal, ele abre mão de parte de sua

propriedade, portanto, deve receber uma indenização por isso. Porque ele colabora para que o ar, a terra, a água, sejam de melhor qualidade. Esta é a grande discussão, e não a discussão de como podemos desmatar mais, para ter mais propriedade.

A lei que obriga que as empresas potencialmente poluidoras tenham técnico em meio ambiente, este projeto de lei foi vetado, a lei aprovada, mas podemos ainda discutir este veto. A lei que retira o BHC e mais 12 outros agrotóxicos considerados sujos, aqui do nosso Paraná; a lei que controla as espécies exóticas no Paraná; a lei que institui o manejo sustentável das reservas legais, uma iniciativa do Deputado Teruo Kato e deste Deputado; a lei que institui a merenda escolar orgânica, pioneira no País, também.

Alternativas ao uso do amianto, como o projeto de lei do Deputado Ney Leprevost, um projeto deste Deputado também, que proíbe, que proíbe o amianto; o plantio da mata ciliar, um projeto do Deputado Dr. Batista; incentivos como a da Deputada Rosane Ferreira, na implantação do Parque Várzea do Iguaçu; iniciativas como a da Deputada Luciana Rafagnin, instituindo a Frente Parlamentar de Segurança Alimentar; ou do Deputado Tadeu Veneri, a Frente Parlamentar de Energias Alternativas. Iniciativas como o tombamento dos rios Tibagi, Ivaí, Piquiri; iniciativas como a proteção de microbacias, projeto e lei da Deputada Rosane Ferreira; ou do lixo eletrônico, do Deputado Pastor Edson Praczyk e da Deputada Rosane Ferreira.

Leis como o estímulo, o incentivo aos aquecedores solares, da mesma Deputada Rosane Ferreira; o Dia da Prevenção aos Acidentes com Agrotóxicos, também da Deputada Rosane Ferreira.

Deputados Reinhold Stephanes Júnior, Caíto Quintana, tentando legislar sobre as sacolas biodegradáveis, ou as lâmpadas fluorescentes e bateria de celular.

Discussões como, por exemplo, a que trouxe à Casa a Deputada Cida Borghetti, sobre a reciclagem de lixo recolhido da rede de pesca no Estado do Paraná; ou projetos de lei também da Deputada Cida Borghetti, como por exemplo os projetos de lei que dispõem sobre criação de serviço voluntário ambiental, no âmbito do Estado do Paraná ou projetos de lei sobre a destinação, produção de pavimentação asfáltica de pneumáticos inservíveis, dando uma resposta à grande questão dos pneus, com uma interface grande à questão da dengue, da saúde e do resíduo sólido no nosso Estado.

Projetos de lei que dispõem sobre a ação preventiva na área de saneamento básico, com a redução do Valor Máximo Permissível, chamado VMP, para trihalometanos e ácidos aluascéticos, também da Deputada Cida Borghetti. Também da Deputada Cida Borghetti, projetos de lei instituindo o Programa Força Voluntária, destinado a incentivar o trabalho voluntário nos órgãos públicos e nas instituições privadas, com objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos, de assistência social e de saúde, de fins não lucrativos. Projeto de lei,

como da Deputada Cida Borghetti, que dispõe sobre a política de incentivo à cultura de bambu e dá outras providências, ou aquele que dispõe sobre o Programa de Incentivo à Produção de Biodiesel no Estado do Paraná.

Vejam, Srs. Deputados, para não cansá-los, quantos e quantos projetos de lei, iniciativas, formação de Frentes Parlamentares, tentativas extraordinárias, muitas delas absolutamente como situações que não se reproduzem ou inexistentes e, portanto, pioneiras no nosso País. É uma produção invejável que a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná tem.

Volto a dizer, parabenizando todos os autores aqui citados, e outros que me perdoem por não ter lembrado dos seus respectivos projetos, porque são tantos, que não resolveremos o problema ambiental apenas fazendo leis. O problema ambiental é muito mais amplo e requer um engajamento maior da população, a conscientização. Mas, sem dúvida nenhuma, é inegável que a Assembleia Legislativa do Paraná está fazendo um papel importante. Essas tentativas, esses projetos atestam muito bem isso.

Por isso, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, neste momento onde nós, neste dia 1º de junho, estamos comemorando o início da semana que institui o Dia Mundial Ambiental, dia 05 de junho, e portanto esta é a Semana Mundial do Meio Ambiente, além de refletirmos, além de não apenas nos regozijarmos com esse fato, mas chame-mos a atenção para uma ação voluntária, importante e engajada de todos nós, porque do futuro dessas ações é que depende, claro do futuro do Estado do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ainda no Horário das Lideranças, pelo Bloco do PV, com a palavra a Deputada Rosane Ferreira.

Liderança do Bloco PRB/PSB/PV: Deputada Rosane Ferreira (PV)

A SRA. ROSANE FERREIRA

Sr. Presidente Deputado Nelson Justus, Deputados e Deputadas.

Primeiramente, quero agradecer, Deputado Cheida, pela nobreza do seu pronunciamento. Ocupar a tribuna para um pronunciamento tão importante, quando comemoramos a Semana Mundial de Proteção ao Meio Ambiente, para fazer um pronunciamento enaltecendo o trabalho de todos os colegas, é de uma grandeza, e temos muito orgulho, Deputado Cheida, de tê-lo à frente da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente da Casa.

Mas, também quero aproveitar este momento para colocar mais duas questões. Primeiramente, agradecer publicamente à Deputada Luciana Rafagnin, Presidente da Comissão de Agricultura desta Casa, e ao Deputado Professor Lemos, que na última terça-feira dirigiram-se até a Cidade de Araucária, onde resido, e lá, juntamente com a Prefeitura daquele Município, realizamos uma Audiência Pública com os agricultores, para discutir a

legislação ambiental. E foi um momento muito importante para a Secretaria da Agricultura do Município de Araucária, para a Assembleia Legislativa e principalmente para os agricultores que lá estavam. Lotamos o anfiteatro da Prefeitura, lá estiveram outras autoridades, uma participação efetiva do Sr. Vitor Burko, o nosso Presidente do IAP, que esteve lá e que prontamente se colocou à disposição dos agricultores para os questionamentos que fizeram. Os agricultores, Deputado Cheida, questionaram muito o funcionamento do IAP, e o Burko, com maestria, conduziu as discussões.

Aquela reunião nos serviu para alertar que precisamos, sim, Deputada Luciana Rafagnin, traçar um caminho do meio, onde possamos produzir preservando, e preservar produzindo. É esse o nosso grande desafio, no Paraná e no Brasil, eu não tenho dúvida disso. Discutíamos lá as dificuldades para as concessões das licenças, as demoras, a dificuldade dos critérios para se conseguir essa ou aquela autorização para o corte de uma ou de outra árvore, e algumas coisas que fazem com que o ambiente se traduza no empecilho do desenvolvimento, quando sabemos que absolutamente não é.

Então, quero aqui registrar esse acontecimento, mais uma vez agradecer à Deputada Luciana Rafagnin, agradecer ao Deputado Professor Lemos, que teve uma contribuição importantíssima para que aquele evento atingisse o objetivo que ele se propôs, e para os agricultores de Araucária foi muito importante nos verem muito próximo, o IAP ...

A Sra. Luciana Rafagnin (PT)

V. Exa. me concede uma aparte?

(Assentimento)

Quero agradecer a V. Exa., que organizou essa Audiência Pública, já trazia para nós aqui nesta Casa a preocupação que os agricultores têm com relação ao Código Florestal, pediu essa Audiência Pública, ficou responsável por ela e organizou muito bem. Quero parabenizar V. Exa., assim como ao Projeto Albanor e toda a equipe da Prefeitura que organizou muito bem essa Audiência. E V. Exa. traz um assunto que é muito importante e traz presente aqui a preocupação que têm os agricultores. Na verdade, eram quase 11h da noite e os agricultores estavam lá, dispostos a continuar falando dos problemas que têm hoje com relação ao meio ambiente. Então, acredito que precisamos dar uma atenção especial a todos os agricultores do Município de Araucária.

Mas, quero aqui agradecer muito pelo seu trabalho, pelo seu empenho, porque a Audiência foi um sucesso, tivemos muitas propostas levantadas que vão ser anexadas ao documento, que pretendemos elaborar após a Audiência que teremos agora na sexta-feira em Nova Laranjeiras, com a região da Cantuquiriguaçu, e depois disso estaremos elaborando esse documento e levando até Brasília.

Parabéns a V. Exa. por todo esse trabalho e pela organização da Audiência Pública.

A SRA. ROSANE FERREIRA (PV)

Obrigada, Deputada Luciana Rafagnin. Nada do que aconteceu em Araucária seria possível sem V. Exa., não tenho dúvida.

Dando continuidade ao meu pronunciamento, quero falar um pouquinho do encontro que tivemos na UNALE, onde participamos nós, os Deputados citados anteriormente pelo Deputado Jonas, bem como estiveram lá participando brevemente, acompanhando o Governador Roberto Requião, os Deputados Romanelli e Alexandre Curi. Muitas foram as questões importantes debatidas na UNALE, mas uma questão que me chamou a atenção e me pôs uma ruga de preocupação na testa, foi o pronunciamento do Deputado Ivar Pavan, do Rio Grande do Sul. O Deputado levou para a discussão da UNALE a questão do pré-sal, uma discussão que tivemos, que ocupou as manchetes dos jornais durante uma semana, 10 dias e que depois deixamos de falar. O que é esse pré-sal? Ele colocou claramente, eu espero, até conversei um pouquinho durante a viagem com o Deputado Artagão para que ele retomasse esse assunto aqui na Assembleia, mas o que é esse pré-sal? Uma gigantesca bacia de petróleo, que vai do Norte de Santa Catarina até o Espírito Santo, 800 quilômetros de comprimento por 200 de largura, a cerca de 6 mil metros ao fundo do mar, que nos coloca em 4º lugar na produção mundial de petróleo. Vejam a grandeza que estamos falando. A estimativa é que tenhamos uma produção de US\$ 10 trilhões. O PIB brasileiro é de US\$ 1 trilhão. Poderíamos parar este País completamente, porque só o petróleo dessa bacia seria suficiente para nos conduzir para os 10 próximos anos.

Tem toda uma preocupação que terá que vir a esta Casa. O Deputado Ivar coloca toda a questão da legislação, que é de 1997, que trata as reservas de petróleo do Brasil sem o cuidado necessário. E coloca, com muita propriedade, que as Assembleias Legislativas de diversos Estados da Federação deverão criar - é uma sugestão do Deputado - comitês de acompanhamento dessa questão, para que, realmente, esses US\$ 10 trilhões reflitam na vida de cada brasileiro e brasileira. Esse dinheiro tem que vir e fazer com que possamos dar um salto na qualidade de vida de todos os cidadãos deste País. Inclusive ele coloca que a PETROBRAS não é tão nossa assim, embora seja nossa. Ele coloca a questão do capital aberto, de todos os investimentos estrangeiros. Ele nos passou um DVD que, num momento oportuno, com a devida autorização do Presidente Nelson Justus, quero compartilhar com os senhores, para que possamos ver do que estamos falando e quão presentes teremos que estar para que, realmente, essa riqueza dessa gigantesca bacia de petróleo reflita na vida de todos os brasileiros.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, no Horário das Lideranças, Deputado Ademar Traiano.

Liderança do PSDB: Deputado Aedmar Traiano

O SR. AEDMAR TRAIANO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O que me traz a esta tribuna nesta tarde é para fazer aqui alguns comentários sobre essa ação deflagrada pela Secretaria da Segurança do Paraná. O que me chama a atenção é que este País tem uma cultura errada com, relação às leis vigentes no País, e n este Estado.

Infelizmente, nós legisladores, no afã de agradar determinado segmento da sociedade, acabamos criando uma série de fatos, elaborando leis que na grande maioria caem no esquecimento e acabam não sendo rigorosamente cumpridas, até porque essa é a cultura deste País. Mas há algumas que, realmente, devem estar inseridas no contexto principal da consciência política deste País. Mas elas só vêm à tona, somente são lembradas, essas leis, quando fatos lamentáveis acontecem. Quando falo fatos lamentáveis, é lógico que relembremos aqui o episódio acontecido no Paraná, que nada tem a ver, com certeza no sentido de eximir a responsabilidade de quem acabou causando o fato.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, venho aqui para discordar da forma como Secretário da Segurança, como o grande xerife deste Paraná, usando de uma jogada de marketing nacional, porque a Rede Globo e todos os canais de televisão deste País deram enfoque à medida que o Secretário tomou de cassar, de prender as pessoas que tenham suas carteiras pontuadas acima de 20 pontos, de uma forma arbitrária, afrontando a respeitabilidade do cidadão paranaense. Nada mais é do que uma grande jogada de marketing da Secretaria da Segurança do Paraná e do seu Secretário.

Se o Secretário fosse eficiente, deveria ter observado esse fato há muito tempo. São 65 mil carteiras com problemas neste Estado. Leio no jornal que 1 mil e 700 carteiras foram entregues ao longo dos últimos cinco anos e que agora, depois da decisão da Secretaria, em apenas dois dias, 1 mil e 700 carteiras foram devolvidas ao DETRAN do Paraná. Acho que aqueles que têm seus pontos na carteira devem assumir integralmente a responsabilidade dos seus atos e, dando o exemplo, deveriam ter devolvido suas carteiras como prova de que, em sendo penalizados, deveriam rigorosamente cumprir a lei, mas não admito a forma como a Secretaria da Segurança age. Deveria ter agido dessa forma lá atrás.

Sr. Presidente, é conhecedor o Secretário da Segurança de que essas carteiras multadas, com multas acima dos 20 pontos já existiram, mas aproveitando-se de uma fato triste, lamentável, que todos os paranaenses e nós sentimos na pele, num puro sensacionalismo, aproveita-se desta situação para anunciar, aos quatro cantos do País, uma medida realmente revolucionária neste Estado. Ora, Sr. Secretário, tome ações com relação a prender os bandidos neste Estado, que estão soltos, cometendo crimes todos os dias, muitas vezes até em conluio com a própria

Polícia. E V. Exa. muito poucas ações tem tomado nesse sentido. Não posso conceber, não posso admitir que somente em momentos como este se tomem medidas dessa natureza. A lei existe para ser cumprida, Sr. Presidente, e como tal é obrigação das autoridades constituídas exercerem a lei no seu inteiro e devido rigor.

Portanto, condeno a ação da Secretaria da Segurança, porque o Secretário, com certeza, tem uma ligação direta com o DETRAN do Paraná e sabia perfeitamente da existência dessas carteiras comprometidas. Mas agora, porque o Brasil inteiro estava focado num fato triste, lamentável, onde o sentimento da sociedade está realmente ferido, vem ele, numa jogada de marketing, como sempre, aproveitando-se de situações como esta, e anuncia para o Brasil, como se fosse a maior medida já tomada pela Secretaria da Segurança deste Estado. Condeno, sim.

Mas, quero ressaltar aqui, e acho que isso é oportuno, a manifestação de um cientista político, que até que enfim eu ouvi e li um artigo de alguém que tem consciência, de alguém que não fica apenas ligado nesse sensacionalismo puro que, muitas vezes, os veículos de comunicação, de uma forma exacerbada, cometem injustiças para com as pessoas deste Estado.

Diz aqui o cientista da Universidade Federal, no artigo da Gazeta do Povo, de ontem, Sérgio Braga é o seu nome: *Os números preocupam, mas a população precisa separar a situação envolvendo o episódio do Deputado, do histórico de infrações dos outros Deputados. Eles estão assumindo as multas, entregando as carteiras e respondendo pelas multas como qualquer cidadão comum. Acho que não se deve fazer muito sensacionalismo nisso, porque eles não estão reivindicando privilégios.* Disse o analista que faz parte do Movimento Vigilantes da Democracia, que monitora o trabalho dos Deputados Estaduais e Federais há um ano e seis meses. Acho prudente, criteriosa a manifestação desse cientista político: *O que deve ser investigado - segundo Braga, cientista político - é a chamada indústria das multas, porque não só os Deputados são vítimas. As pessoas pensam que o Deputado é um ser à parte e só porque têm mandatos, eles não podem receber multa. Milhares de cidadãos comuns também estão sendo multados diariamente.*

Acho oportuno fazer aqui essa consideração, porque até que enfim percebo que existem ainda algumas pessoas letradas, pessoas desprovidas de qualquer sentimento de rancor, de ódio, de mágoa, mas que têm esse critério de uma crítica construtiva, de saber analisar e discernir o que é certo e o que é errado.

Nós, eu me integro naquela lista de Parlamentares, não estou com a minha carteira suspensa, a minha carteira ainda está em estágio normal, mas assumo inteiramente a minha responsabilidade com relação a isso. E no momento oportuno, quando já não tiver mais condições de eu ter qualquer possibilidade de recurso - porque é um direito que temos como cidadãos - sem nenhum sensacionalismo, sem chamar os holofotes da imprensa, eu vou entregar, com certeza, a minha carteira, porque eu sou responsável pelos meus atos.

Queria fazer esse registro, porque entendo que é oportuno fazer e até me trazem aqui uma lembrança de que o Secretário da Segurança, o grande xerife do Paraná, espero que ele não esteja cometendo uma injustiça, porque aí eu voltarei aqui para a tribuna para fazer, com certeza, a defesa do Secretário, mas me dizem aqui que o Secretário está com a carteira vencida. Tomara que eu não esteja falando a verdade, mas se estou, tem que devolver, sim, a sua carteira também, ou imediatamente tomar as providências para a sua correção.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, ainda no Horário das Lideranças, Deputado Elton Welter.

Liderança do PT: Deputado Elton Welter

O SR. ELTON WELTER

Sr. Presidente, venho usar esta tribuna no dia de hoje para agradecer a bancada do meu partido, agradecer o Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Luiz Eduardo Cheida, Deputada Luciana, Deputada Rosane, Neivo Beraldin, Deputado Péricles, Deputados Federais que vieram aqui prestigiar a Audiência Pública sobre araucária e a sustentabilidade ambiental.

Confesso que essa Audiência Pública foi muito prestigiada, Sr. Presidente, e certamente as falas daqui, dos representantes dos Poderes Públicos, foram muito proveitosas, representantes de ONGs, do setor produtivo, dos Deputados e esta Casa, mais uma vez, Sr. Presidente, tirou encaminhamento dessa Audiência Pública, que terá representação de todos os segmentos organizados do Paraná, junto com o Poder Público, para buscarmos alternativas para araucária e sua sustentabilidade.

A Casa, mais uma vez, diagnosticou, levantou, Deputado Cheida, e V. Exa. foi muito feliz no seu pronunciamento, vários Deputados tiveram oportunidade de falar das iniciativas que já tramitam nesta Casa - e veja só, Deputado Nelson Justus, existe uma sintonia, isso que é importante, Deputada Luciana, Deputado Cheida, Deputado Pedro Ivo, que têm boas iniciativas também na área ambiental, Deputado Lemos também esteve presente nessa Audiência - iniciativas que estão em plena sintonia com aquilo que está redigindo, elaborando o Ministério do Meio Ambiente, em conjunto com os outros Ministérios.

Para nossa felicidade, Deputado Cheida, a Secretaria Nacional de Biodiversidade e Florestas era para estar aqui no dia de hoje, mas nos garantiu, senhoras e senhores, que no dia 05 de junho o Presidente já vai encaminhar para o Congresso Nacional uma proposta onde cria e institui a Política Nacional de Gestão dos Serviços Ambientais e cria o Programa Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais.

Vejam só como esta Casa tenta legislar em consonância com as demandas dos nossos agricultores, com aqueles que já cuidam, mas não têm como investir para ter ganhos ambientais, na medida que esse ônus sobrecarrega apenas sobre esse produtor.

Então, o resumo dessa Audiência, Sr. Presidente, foi tirada uma comissão de trabalho que vai envolver o IBAMA, a Secretaria da Agricultura do Estado, a Secretaria do Meio Ambiente, esta Casa, ONGs, enfim, a sociedade organizada, para que formulemos juntos, inclusive propostas, dentro daquilo que for de competência do Estado. Vamos avançar naquilo que já tramita aqui, independentemente de quem for o autor. O importante é que as bandeiras encabeçadas pelos senhores, se transformem em políticas públicas de fato, para termos um ambiente de maior qualidade.

O Sr. Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Elton Welter, além de parabenizá-lo mais uma vez, não só pelo pronunciamento, mas a iniciativa de hoje pela manhã, ao chamar a Audiência Pública, junto com a Comissão de Meio Ambiente, V. Exa. fala que o Presidente da República está encaminhando, legitimando em lei o pagamento por serviços ambientais e cita o agricultor, como eu cito sempre, e outros aqui citam. Agora, essa questão tem uma força tão grande, porque ela é de uma justeza tamanha, que daqui a pouco a dona de casa que separa o lixo vai ter que ser bonificada diferentemente daquela que não o faz. O industrial que não trata condizentemente os seus efluentes e joga no rio sem nenhuma cerimônia, vai ter que ser tratado de forma diferente daquele que faz isso. Portanto, uma compensação pelas atitudes boas em prol do próprio meio ambiente é que vai ser a lógica da sociedade de mercado que vivemos. Você não vai à feira e pega uma batatinha. Você compra, você troca através de moeda. O pagamento por serviços ambientais que V. Exa. se refere é exatamente essa troca justa, correta, dentro de uma sociedade de mercado.

Parabéns pela sua intervenção e acho que é um degrau a mais que avançamos nessa longa escada em defesa do meio ambiente.

O SR. ELTON WELTER (PT)

Obrigado, Deputado Cheida.

Ficou claro nesta Audiência que as leis rígidas são de eficácia questionável. Temos que achar o caminho do meio, da preservação.

Almocei com o professor da Universidade Federal, que estuda a araucária há mais de 23 anos. Ele trata de araucária como uma árvore frutífera. Ele tem um estudo que, zelando bem, dela é possível tirar até 10 toneladas de pinhões por hectare. A araucária, se for estimulada a plantar com manejo adequado, pode ser

uma ação de renda de fato, como deve ser, como já foi no passado. Pouco se estimula a plantá-la, por isso que está diminuindo os seus exemplares.

A Audiência levou e vai levar, certamente, para que o Governador Requião, ou o novo, adote uma política pública clara para que venhamos a aumentar os exemplos de araucárias, aonde sejam enaltecidas. Muitas vezes é odiada, porque não dá para fazer uso delas, aquela que nascem nos campos por aí, porque ela pode ser um estorvo à medida que não pode ser derrubada.

Por isso, ficou muito claro na Audiência Pública que o nosso símbolo do Estado precisa de uma atenção muito maior e, quem sabe, comecemos a prestação de serviços ambientais justamente nos lugares onde a araucária está intacta. Quem zelou pela mata está sendo punido e quem derrubou teve os benefícios dela.

Então, vamos achar um caminho, e certamente as iniciativas dos Pares nesta Casa são muitas boas e nós vamos legislar completamente àquilo que for de competência do Estado.

Tenho um projeto que trata do prestador de serviço ambiental no Estado, o Deputado Cheida também apresentou iniciativa semelhante. O Deputado Pedro Ivo e outros Deputados também se associam a esta iniciativa.

Concedo aparte ao Professor Lemos.

O Sr. Professor Lemos (PT)

Quero cumprimentar, mais uma vez, o Deputado Elton Welter, a Comissão de Meio Ambiente, pela importância do cuidado com o meio ambiente, com a defesa da vida. Importante projeto já relatado pelo Deputado Cheida. Cheguei aqui em janeiro deste ano, fiquei muito satisfeito de ver os projetos que já foram apresentados, somo-me com V. Exas., para que possamos por na Ordem do Dia, votar esses projetos, transformar em lei para garantir que o nosso agricultor receba o apoio do Poder Público para garantir a preservação do meio ambiente.

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

Deputado Welter, V. Exa. certamente conhece a Lei do ICMS Ecológico, que foi aprovada nesta Casa em 1991, entrou em vigor em 1992. V. Exa. sabe que o Parque Nacional do Iguaçu já recebeu em torno de 150 a R\$ 200 milhões. V. Exa. conhece algum Município que tenha feito algo em favor das nossas araucárias? Alguma coisa que os Vereadores dos Municípios e os Prefeitos tenham feito, objetivamente, para repassar às áreas de preservação que lhe dão esses recursos? Algo positivamente, concretamente, uma ação positiva feita com esses recursos? Porque eu acho que a Lei de ICMS Ecológico repassa recursos para os Municípios, eles deveriam criar um fundo municipal para destinar parte dos recursos, no mínimo, para preservar as cabeceiras e nascentes, para preservar nossas áreas de pinheiros e florestas. Enfim, essas áreas de florestas que recebem a compensação financeira, recebem exatamente pelas áreas que têm.

Então, acho que deveríamos rediscutir esse assunto através dos Municípios, sobre tudo onde nós representamos.

O SR. ELTON WELTER (PT)

V. Exa. tem razão, o ICMS Ecológico deveria ser investido em políticas de cuidado com a água, ou de ganho ambiental. Tenho essa visão, defendendo isso, acredito que é uma alternativa. Ou o Fundo de Recursos Hídricos, ou o Fundo do Meio Ambiente. Existe o ICMS Ecológico, o Fundo do Meio Ambiente, o Fundo de Recursos Hídricos, e vou mais longe, defendendo também que a SANEPAR coopere com essa questão no sentido de termos ganhos ambientais para que ela gaste menos, inclusive, com o tratamento da água no futuro.

Quero agradecer a Casa porque nos oportunizou toda a condição de fazer essa Audiência Pública. Acredito que o Poder Legislativo do Paraná precisa discutir os grandes temas de interesse do Estado, e certamente essa comissão que foi instituída hoje, vai ajudar a nortear e dar mais clareza no posicionamento da lei federal, do novo Código Florestal, dar uma clareza de apontamentos, porque ouvimos aqui o setor produtivo, os agricultores, ouvimos as ONGs e vamos achar o caminho do meio. E veio, de fato, aqui, toda a representação da estrutura pública, do setor privado e da sociedade civil organizada.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, comunicado de autoria da Mesa Executiva, constante do expediente, comunicado aos Srs. Deputados que na última sexta-feira, o Deputado Ribas Carli Filho apresentou renúncia de seu cargo de Deputado Estadual. Comunicamos também que, devido representações apresentadas pelo PSB, que pleiteia a vaga deixada para o Sr. Wilson Luiz Quinteiro e do Sr. Mário Roque, estamos enviando processo à Procuradoria da Assembléia Legislativa, para a apresentação de parecer. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Comunicado subscrito pelo Presidente Nelson Justus, constante do expediente, informando aos Srs. Deputados que a Proposta de Emenda da Constituição nº 042/09, de autoria do Deputado Elton Welter, que objetiva acrescentar o inciso ao artigo 66 da Constituição Estadual do Paraná, já foi publicada no Diário da Assembléia. De acordo com artigo 192 do Regimento Interno, está aberto o prazo de 03 (três) dias para apresentação de emendas. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Escritura Pública de Renúncia de Mandato do Deputado Luiz Fernando Ribas Carli Filho, expedida pelo Tabelionato de Notas Paulo Roberto Gaiger Ferreira, no Estado de São Paulo constante do expediente. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação n° 693/09, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente, solicitando ao Exmo. Sr. Governador do Estado, a regulamentação da aposentadoria aos servidores públicos do Paraná portadores de deficiência, na forma do artigo 201, parágrafo 1°, da Constituição Federal. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação n° 694/09, de autoria da Deputada Beti Pavin, constante do expediente, solicitando ao Exmo. Sr. Governador do Estado, providências para implantação do Projeto Biblioteca Cidadã no Município de Colombo. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Professor Lemos, constante do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de decreto legislativo em número de 04 (quatro), de autoria do Deputado Nelson Justus, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2558, de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente, solicitamos autorização desta Casa de Leis, para viagem a Brasília, nos dias 01 a 04 de junho do corrente ano, para tratar de assuntos de interesse deste Poder Legislativo. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2590, de autoria do Deputado Artagão Júnior, constante do expediente, justificando sua ausência nas Sessões Plenárias dos dias 20, 27 e 28 de maio do corrente ano, em virtude de compromissos políticos assumidos no interior do Estado (20/05) e participação na 13ª Conferência Nacional dos Legislativos Estaduais, realizado na Cidade de Belém/PA, nos dias 26, 27 e 28 de maio. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª Discussão (Votação em)

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 505/08, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que dispõe sobre a garantia do diagnóstico precoce do câncer de mama e do serviço radiológico do tipo mamográfico nas cidades polo. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CSP. COM EMENDA DE PLENÁRIO, COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.**

Em discussão. Em votação.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, só para poder registrar que esse projeto, embora tenha merecido por conta de uma decisão política na CCJ e também nesta Casa, é flagrante a inconstitucionalidade do projeto.

Entendo e respeito a ideia e a propositura que fez o autor, mas há de se reconhecer que o projeto é flagrantemente inconstitucional, e depois, quando for eventualmente vetado pelo Chefe do Poder Executivo, não haverá de se ter grandes reclamações do Plenário desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está em votação o projeto, ressalvada a emenda de Plenário. **Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação a emenda. **Aprovada.**

Redação Final

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 073/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 008/09, que dispõe sobre o efetivo da Polícia Militar do Paraná. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI N° 073/09
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° O efetivo da Polícia Militar do Paraná, de que trata a Lei n° 15949, de 24/09/08, fica fixado em 21 mil e 880 militares estaduais.

Art. 2° O efetivo constante do artigo anterior será distribuído, pelos postos e graduações previstos na Polícia Militar do Paraná, na forma dos anexos 1 e 2 desta lei, denominados respectivamente de Resumo dos Quadros de Oficiais e Resumo das Praças por Qualificação Policial Militar Geral.

Parágrafo Único. O efetivo de Praças Especiais será variável, sendo o de Aspirante-a-Oficial até o limite de 160 (cento e sessenta) e o de Aluno-Oficial até o limite de 150 (cento e cinquenta).

Art. 3º O artigo 37 da Lei nº 6774, de 08/01/76 (Lei de Organização Básica da PMPR), fica acrescido do inciso XI e passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 37...

XI - Companhia Independente de Policiamento e Operações de Fronteira (CIPOFron): encarregada do combate e repressão aos ilícitos cometidos nas regiões de fronteira e de divisa com o Estado do Paraná, coibindo enfaticamente os crimes relacionados ao tráfico de armas e de drogas, através de operações terrestres, áreas, aquáticas e ribeirinhas, conforme Missões determinadas ou Planos de Operações estabelecidos pelo Comandante Geral da PMPR.”

Art. 4º O tempo de permanência do militar estadual lotado ou prestando serviços na Companhia Independente de Policiamento e Operações de Fronteira, independente do posto ou graduação do militar, será no máximo de dois anos, improrrogável.

§ 1º O militar estadual poderá, eventualmente retornar transferido à Companhia Independente de Policiamento e Operações de Fronteira, somente após decorrido no mínimo quatro anos de suas movimentação.

§ 2º A movimentação dos militares estaduais, na forma desta lei, será por iniciativa da autoridade competente.

§ 3º As movimentações realizadas em face do tempo de permanência do militar estadual na Companhia Independente de Policiamento e Operações de Fronteira, dar-se-ão no interesse da Administração Pública, incidindo no pagamento dos direitos e vantagens decorrentes das movimentações, conforme estabelecido em legislação própria.

Art. 5º O aumento de efetivo decorrente desta lei far-se-á progressivamente, através de inclusões ou nomeações autorizadas pelo Chefe do Poder Executivo, de conformidade com as disponibilidades do Estado.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei nº 15949, de 24/09/08.

Sala das Comissões, em 26/05/09.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

TERUO KATO - Relator

ANEXOS A QUE SE REFERE O ARTIGO 2º

RESUMO DOS QUADROS DE OFICIAIS - ANEXO 1								
QUADROS		CEL	TC	MAJ	CAP	1º TEN	2º TEN	SOMA
QOPM		12	40	70	209	245	278	854
QOBM		2	10	25	52	58	61	208
QOS	PM Med	1	5	6	6	16		34
	PM Dent	1	2	7	8	14		32
	PM Bioq		2	1	1	3		7
	PM Vet				3	2		5
QOA/QEOPM		1	2	4	13	25	77	122
QCPM						1		1
QOE	Músicos				1	1	2	4
TOTAL		17	61	113	293	365	418	1.267

RESUMO DAS PRAÇAS POR QUALIFICAÇÃO POLICIAL - MILITAR GERAL - ANEXO 2						
GRAD. QPMG	ST	1º SGT	2º SGT	3º SGT	CB/SD	SOMA
1-PRAÇAS PM	188	303	710	1.557	14.652	17.410
2-PRAÇAS BM	56	89	117	435	2.506	3.203
TOTAL	244	392	827	1.992	17.158	20.613

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 232/09, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que declara de utilidade pública o PROVOPAR - Programa do Voluntariado Paranaense Municipal de Tibagi. **Aprovada. (Publ. no DA nº 048/09, de 13/05/09, em Projetos de Lei).**

3ª Discussão**ITEM 04**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 217/09, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, que declara de utilidade pública a Associação Casa do Artesão de Campo Mourão, com sede no Município de Campo Mourão. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada.** Projeto - **Aprovado.**

2ª Discussão**ITEM 05**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 042/09, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, que declara de utilidade pública a Associação de Apicultores, Criadores de Abelhas Melíferas Europeias de Campinhos - APICAMP, com sede e foro no Município de Ibaiti. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 228/09, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que declara de utilidade pública a Associação do Movimento Amor Exigente - AMAEX, com sede e foro no Município de Maringá. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão**ITEM 07**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 004/09, de autoria do Deputado Fernando Scanavaca, que estabelece normas para a publicação de atos oficiais, por agentes e órgãos públicos no Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **(Publ. no DA nº 001/09, de 03/02/09, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 004/09

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Fernando Scanavaca, estabelece normas para a publicação de atos oficiais, por agentes e órgãos públicos no Estado do Paraná.

O projeto de lei ora analisado não encontra nenhum óbice legal, constitucional e regimental, tendo respaldo na Constituição Federal, que assegura:

Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

§ 1º São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição.

Art. 37. A Administração Pública Direta e Indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência ...

Já a Constituição Estadual diz:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

O Regimento Interno esta Casa assegura:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Dentro desse paradigma, verifica-se que a proposição intentada encontra-se dentro dos ditames legais e constitucionais.

Quanto à técnica legislativa, fora observadas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 095/98.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação através do substitutivo geral anexo, proposto pelo autor.

Sala das Comissões, em 19/05/09.

(aa) DURVAL AMARAL- Presidente
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 004/09

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 2º E 141, II, e com objetivo de dar nova redação ao artigo 1º do presente projeto, nos termos da Lei Complementar nº 095/98, fica alterada a redação do Projeto de Lei nº 004/09, que passa a contar com a seguinte redação:

Art. 1º A publicação dos atos oficiais dos Poderes Públicos Estadual e Municipais, no Estado do Paraná, será feita com letras de tamanho nunca inferior à fonte 8 (oito), sejam elas vinculadas em impressos escritos ou via internet.

Parágrafo Único. As publicações de que trata este artigo devem ser veiculadas em seções especiais, com abertura de página e chamada de letras maiores expondo as finalidades para as quais os referidos atos são publicados.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 19/05/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

Apoiamiento:

Fernando Scanavaca.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 004/09

P A R E C E R :

O presente projeto, de autoria do nobre Deputado Fernando Scanavaca é bem claro em seu objetivo, qual seja, o de fixar normas para a publicação de atos oficiais, por agentes e órgãos públicos do nosso Estado.

S. Exa. foi muito feliz ao apresentar o projeto em questão, pois, até então, havia carência de proposição que disciplinasse as publicações em questão.

Com o reconhecimento e aplauso ao Deputado Fernando Scanavaca pelo importante projeto, nosso parecer é pela sua aprovação, com louvor, considerando que o mesmo não causa nenhum impacto financeiro.

Sala das Comissões, em 27/05/09.

(aa) EDSON STRAPSSON - Presidente
ANTONIO BELINATI - Relator

Em discussão. Em votação.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, o projeto de autoria do Deputado Fernando Scanavaca, foi aprovado por uma maioria apertada, é verdade, mas foi apoiado na CCJ. Ele trata de um tema que é interessante, do ponto de vista da proposta do autor, que é em relação à legitimidade dos atos e documentos oficiais, impondo ao Estado e aos Municípios a publicação dos seus atos, que usem a fonte nº 8, para garantir justamente a legitimidade desses atos.

Ocorre que a idéia é boa, é uma proposta interessante a dele, mas ao mesmo tempo, é uma ofensa ao princípio constitucional da separação dos Poderes, porque essa medida não pode ser tomada por um Parlamentar, à medida que impõe justamente aquilo que é competência do Poder Executivo, do caso específico há uma obrigatoriedade. O artigo 66, inciso IV, é muito claro nesse tema ao tratá-lo na Constituição do Estado do Paraná.

Por isso que eu não farei a descortesia de encaminhar contrário para que o Plenário vote, que entendo que a CCJ tem competência suficiente para poder, naturalmente, deliberar sobre a matéria. Entendo que passou na CCJ, o Plenário deve votar, só se for uma coisa flagrantemente inconstitucional.

Quero aqui deixar claro que se houver eventual veto, será por conta da inconstitucionalidade do projeto, respeitada a proposta do autor Fernando Scanavaca, que é bom do ponto de vista da legalidade, principalmente para quem já passou dos 40.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perfeito. Está em votação o projeto. **Aprovado.**

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 117/09, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que declara de utilidade pública o Lar São Vicente de Paulo de Arapongas, com sede e foro no Município de Arapongas. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (**Publ. no DA nº 024/09, de 30/03/09, em Projetos de Lei**).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 117/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, tem por objetivo declarar de utilidade pública estadual o Lar São Vicente de Paulo de Arapongas, com sede e foro no Município de Arapongas-PR.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Ainda, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 26/05/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 2563, de autoria do Deputado Nelson Justus, constante do expediente, solicitando seu arquivamento. **Aprovado.**

Fica portanto, arquivado o Projeto de Lei nº 117/09.

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 218/09, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, que declara de utilidade pública a Associação das Câmaras Municipais da Microrregião Doze ACAMDOZE, com sede no Município de Campo Mourão. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 043/09, de 05/05/09, em Projetos de Lei)**.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 218/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação das Câmaras Municipais da

Microrregião Doze - ACAMDOZE, com sede e foro no Município de Campo Mourão.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Porém, o foro que consta no artigo 1º do Estatuto Social da Associação das Câmaras Municipais da Microrregião Doze - ACAMDOZE é a Comarca de Campo Mourão, no Estado do Paraná, sugere-se a emenda modificativa em anexo, com fulcro no artigo 137, parágrafo 4º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Ainda, tendo em vista a exclusão de parte da redação do artigo 2º do presente projeto de lei, por redundância, sugere-se a emenda supressiva em anexo, com fulcro no artigo 137, parágrafo 1º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável, na forma das emendas em anexo.

Sala das Comissões, em 26/05/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 218/09

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 4º do Regimento Interno desta Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda modificativa, para contar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual a Associação das Câmaras Municipais da Microrregião Doze - ACAMDOZE, com sede e foro no Município de Campo Mourão.

Sala das Comissões, em 26/05/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº 218/09

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 1º do Regimento Interno desta Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda supressiva, para contar com a seguinte redação:

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 26/05/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 247/09, de autoria do Tribunal de Justiça, que reajusta, conforme especifica, os valores dos vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos do quadro efetivo do Poder Judiciário do Estado do Paraná, vinculados à Secretaria, ao Foro Judicial e aos Juizados Especiais, e dos cargos de provimento em comissão, a partir de 01/01/09 e adota providências. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. (Publ. no DA nº 053/09, de 25/05/09, em Ofícios).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 247/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei objetiva o reajuste, em 5,90%, dos vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos do Poder Judiciário vinculados às Secretarias, ao Foro Judicial e aos Juizados Especiais, correspondente à revisão geral anual prevista na Constituição Federal.

Fundamentação

Primeiramente, em observância às atribuições dispostas nos Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná¹, compete à Comissão de Constituição e Justiça a análise acerca da constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como da técnica legislativa utilizada por este projeto de lei.

A Constituição do Estado do Paraná dispõe que é de competência privativa do Tribunal de Justiça, propor perante a Assembleia Legislativa Estadual, a fixação dos subsídios de seus membros e Juízes, em observância, pois, às normas dispostas na Constituição Federal².

Ademais, o que se pretende no caso em análise, não é a majoração dos subsídios conferidos aos servidores do Tribunal de Justiça, mas, tão-somente, a revisão geral anual que, consoante o entendimento doutrinário, é direito conferido aos próprios servidores.

1. Art. 33 do Regimento Interno desta Casa de Leis. Cabe às Comissões Permanentes, observada a competência específica:

§ 2º À Comissão de Constituição e Justiça compete: manifestar-se sobre todas as proposições quando ao seu aspecto constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa (...)

2. Art. 101 da Constituição Estadual. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

I - propor à Assembleia Legislativa, observado o disposto no artigo 169 da Constituição Federal:

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízes que lhe forem vinculados, bem como a fixação dos subsídios de seus membros e dos Juízes, observado o que dispõem os artigos 39, parágrafo 4º, 150, II, 153, III e 153, parágrafo 2º, I da Constituição Federal.

*Os servidores passam a fazer jus à revisão geral anual, para todos na mesma data e sem distinção de índices (estas últimas exigências a serem observadas em cada esfera de Governo). A revisão anual, presume-se que tenha por objetivo atualizar as remunerações de modo a acompanhar a evolução do poder aquisitivo da moeda; se assim não fosse, não haveria razão para tornar obrigatória a sua concessão anual, no mesmo índice e na mesma data para todos. Essa revisão anual constitui direito dos servidores, o que não impede revisões outras, feitas com o objetivo de reestruturar ou conceder melhorias a carreiras determinadas, por outras razões que não a de atualização do poder aquisitivo dos vencimentos e subsídios.*¹

Considere-se, ainda, que a revisão geral anual é assegurada sempre na mesma data e sem distinção de índices², devendo realizar-se mediante lei específica. Assim, manifesta-se a jurisprudência:

Ação direta de inconstitucionalidade. 2. Leis Federais nº 11169/05 e 11170/05 que alteram a remuneração dos servidores públicos integrantes dos quadros de Pessoal da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. 3. Alegações de vício de iniciativa legislativa (artigos 2º 37, X, e 61, parágrafo 1º, II, a, da Constituição Federal); desrespeito ao princípio da isonomia (artigo 5º, caput, da Carta Magna); e inobservância da exigência de prévia dotação orçamentária (artigo 169, parágrafo 1º, da CF). 4. Não configurada a alegada usurpação de iniciativa privativa do Presidente da República, tendo em vista que as normas impugnadas não pretenderam a revisão geral anual de remuneração dos servidores públicos. 5. Distinção entre reajuste setorial de servidores públicos e revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos: necessidade de lei específica para ambas as situações. 6. Ausência de violação ao princípio da isonomia, porquanto normas que concedem aumentos para determinados grupos, desde que tais reajustes sejam devidamente compensados, se for o caso, não afrontam o princípio da isonomia. 7. A ausência de dotação orçamentária prévia em legislação específica não autoriza a declaração de inconstitucionalidade da lei, impedindo tão-somente a

sua aplicação naquele exercício financeiro. 8. Ação direta não conhecida pelo argumento da violação do artigo 169, parágrafo 1º, da Carta Magna. Precedentes: ADI 1585-DF, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, unânime, DJ 03/04/98; ADI 2339-SC, Rel. Min. Ilmar Galvão, unânime, DJ 01/06/01; ADI 2343-SC, Rel. Min. Nelson Jobim, maioria, DJ 13/06/03. 9. Ação direta de inconstitucionalidade parcialmente conhecida e, na parte conhecida, julgada improcedente.

Portanto, resta evidente que o projeto de lei está em conformidade às normas dispostas na Constituição da República Federativa do Brasil e, de mesmo modo, na Constituição Estadual, não havendo quaisquer vícios que maculem a sua constitucionalidade.

Ressalta-se que o presente projeto de lei está acompanhado do impacto orçamentário-financeiro que irá ocasionar, ao conceder o reajuste dos vencimentos dos servidores constantes no quadro efetivo do Poder Judiciário, em consonância às exigências feitas pela Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), senão vejamos:

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices às disposições constantes na Lei Complementar nº 095/98.

Conclusão

Destarte, deflagrados a constitucionalidade e legalidade do presente projeto de lei, esta relatoria opina por sua aprovação.

Sala das Comissões, em 25/05/09.

(a) DURVAL AMARAL - Presidente
RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 247/09

P A R E C E R :

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo parágrafo 3º, do artigo 33, do Regimento Interno, examinando a proposição de autoria do Tribunal de Justiça, com o objetivo de reajustar os valores dos vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos do quadro efetivo do Poder Judiciário do Estado do Paraná, vinculados à Secretaria, ao Foro Judicial e aos Juizados Especiais, e dos cargos de provimento em comissão, a partir de 01/01/09, e adota outras providências.

1. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 17ª edição. São Paulo: Editora Atlas. P. 456.

2. Art. 37 da Constituição Federal. A Administração Pública Direta e Indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o parágrafo 4º do artigo 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada a revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices.

Convém preliminarmente salientar que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável a matéria em tela.

No que tange a vistoria desta Comissão Permanente de Finanças, podemos observar que a matéria encontra-se amplamente justificada, tendo em vista, que as despesas correrão por conta de dotação orçamentária própria do Poder Judiciário do Estado do Paraná ou pela ParanaPrevidência, quando couber.

De igual modo, verifica-se ainda, que a proposta do reajuste, fica condicionada à disponibilidade orçamentária e financeira e às disposições da Lei Complementar nº 101, de 04/05/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), e também, esta contemplada pela Lei Orçamentária Anual (Lei nº 16032/08) e compatibilidade com Plano Plurianual 2008-2011 (Lei nº 15757/07).

Diante do exposto, nada visualizamos que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa, manifestando assim, parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27/05/09.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 2586, de autoria do Deputado Alexandre Curi, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 02 (duas) Sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 02 (duas) Sessões do Projeto de Lei nº 247/09.

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2554, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretora Legislativa.

Requerimentos nºs 2555 e 2556, de autoria do Deputado Antonio Belinati, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretora Legislativa.

Requerimento nº 2561, de autoria do Deputado Alexandre Curi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretora Legislativa.

Requerimentos nºs 2580 e 2581, de autoria do Deputado Nelson Justus, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretora Legislativa.

Requerimentos nºs 2565 e 2566, de autoria do Deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretora Legislativa.

Requerimentos nºs 2567 e 2579, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretora Legislativa.

Requerimentos nº 2568, de autoria da Deputada Beti Pavin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretora Legislativa.

Requerimentos nºs 2569 e 2578, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretora Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 02, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nº 306/08, 202 e 215/09.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 505/08.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 790/07, 004 e 218/09.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 496, 515/08, 239 e 242/09.

Levanta-se a Sessão.

Publicações Administrativas:

Minuta de Contrato

Modalidade: Convite nº 026/09 - Protocolo nº 3046/09.

Objeto: Divulgar materiais de interesse desta Assembleia Legislativa.

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Contratada: Editora Nogpan Ltda.

Valor: R\$ 60.000,00 anuais.

Vigência: 01/05/09 à 31/12/09

Dotação: 3390.3900

(a) DIRETORIA DE APOIO TÉCNICO

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/09

Objeto: Aquisição de papel e grampo conforme abaixo.

LOTE	EMPRESA VENCEDORA	ESPECIFICAÇÕES	VALOR
1	Luis Fernando Neris	<p>400 caixas de papel ofício nº 2, medindo 216x330mm com 75 gramas, cada caixa com 5.000 folhas;</p> <p>100 Caixas de papel A4, medindo 210x297mm com 75 gramas, cada caixa com 5.000 folhas;</p> <p>10 Caixas de papel A3, medindo 297x420mm com 75 gramas, cada caixa com 2.500 folhas.</p>	R\$ 56.200,00
2	Copy-Fax Soluções em Cópia, Impressões e Automação de Escritórios Ltda.	<p>10 Caixas com 5.000 grampos para copiadora Konica Minolta DI 550;</p> <p>20 Caixas com 5.000 grampos para copiadora Xerox 5365.</p>	R\$ 16.500,00

(a) DIRETORIA DE APOIO TÉCNICO